



APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é caracterizado como um conjunto de políticas, diretrizes, intenções e propostas que, como documento-base, orienta as ações e os projetos pedagógicos do INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO – IBDT, no período de 2025-2029.

O PDI considera os diversos momentos históricos no processo de consolidação da missão, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional, as atividades acadêmicas desenvolvidas, como também, a legislação da educação superior brasileira.

Este PDI está elaborado em conformidade com os princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do IBDT, com sua estrutura didático-pedagógica que fixa suas políticas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e responsabilidade social.

O PDI torna-se o instrumento declaratório das estratégias organizacionais, apresentando diretrizes para todos os setores da Instituição, com o efetivo envolvimento da comunidade em um trabalho comprometido, que vai desde a análise dos diagnósticos até a definição das metas.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Missão, Visão e Valores

Missão: Promover o desenvolvimento científico, a produção e a disseminação de conhecimento de alta qualidade técnica na área de direito tributário, com atividades de ensino, pesquisa e debates, visando contribuir para o progresso da sociedade.

Visão: Consolidar-se como referência nacional em educação na área do direito tributário, inclusive perante universidades e instituições estrangeiras, destacando-se pelo compromisso com a excelência acadêmica e a formação de profissionais éticos e responsáveis.

Valores:

Ética: Fomentar valores e princípios de liberdade, dignidade, diálogo, respeito, solidariedade, justiça e equidade, que promovam uma sociedade mais saudável, equilibrada e produtiva.

Cidadania: Produzir ações e formar profissionais que ampliem a conscientização dos cidadãos sobre os direitos civis e sociais, em especial dos contribuintes sobre a função socioeconômica dos tributos.

Inclusão: Buscar na diversidade e na pluralidade de ideias o desenvolvimento do direito tributário, oferecendo oportunidades de participação em seus trabalhos a todo e qualquer cidadão, independentemente do grupo social em que se insere, respeitando características étnicas e culturais.

Inovação: Fomentar pesquisas e promover diálogo entre todas as esferas da sociedade, de forma a ampliar as fronteiras do conhecimento na área de direito tributário.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO (IBDT), fundado em 30 de outubro de 1974, pelo Catedrático de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP), Professor Dr. Ruy Barbosa Nogueira, exerce atividades de ensino, pesquisa, extensão, no campo do direito, em especial do direito tributário.

O nascimento deu-se por Mesas de Debates, que a partir de 1965 eram realizadas inicialmente na residência do Prof. Ruy Barbosa, as quais em 1970 foram transferidas para dentro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em cujo recinto, em 1974 foi o Instituto juridicamente instituído. A partir de 2005 as Mesas de Debates passaram a ser realizadas na sede do IBDT.

O IBDT qualifica-se como uma associação civil sem fins lucrativos e tem por objeto precípuo o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento do direito tributário, a colaboração no ensino das respectivas disciplinas afins, divulgação de bibliografia, legislação e jurisprudência, publicação de trabalhos e promoção de congressos, conferências e cursos e, bem assim, a permanente realização da Mesa de Debates Tributários.

1.2. Histórico de Implantação e Desenvolvimento da Instituição (Cursos/áreas de conhecimento)

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO – IBDT (código n.º 26235), com limite territorial de atuação circunscrito ao município de São Paulo, Estado de São Paulo, é um estabelecimento isolado privado, particular em sentido estrito de ensino superior, mantido pelo **Instituto Brasileiro de Direito Tributário (código nº 16856)**, associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e com Estatuto registrado no Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, sob nº 32926, livro A, nº 24, 30/10/1974 e alterações posteriores.

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO – IBDT (código 26235), em 2017, iniciou o funcionamento das atividades no sistema federal de ensino superior com a oferta do

programa de pós-graduação *stricto sensu*, **Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento**, recomendado pelo Conselho Técnico Consultivo CTC-ES da CAPES na 169ª reunião, realizada no período de 13 a 16 de setembro de 2016, bem como no Ofício nº 9/2017-CAA II/CGAA/DAV/CAPES, fundamentado no § 2º do art. 17 da Portaria CAPES nº 91/2015.

A Portaria MEC nº 1.359, de 18/12/2018, publicada no DOU de 19/12/2018, Seção 1, pag. 26, que nos termos do Parecer CNE/CES nº 182, aprovado em 05/04/2017, reconheceu o programa de pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT.

Em 2021 foi solicitada alteração da nomenclatura de Programa/Curso, homologada pela área de avaliação sob nº 31/2021, passando adotar a denominação DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO.

O Programa de Pós-graduação *stricto sensu* Profissional do IBDT oferece áreas de concentração em Direito Tributário Internacional e Comparado, desenvolvendo as linhas de pesquisa: 1) Direito Tributário Comparado e Desenvolvimento; e 2) Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento.

Em 17/05/2018 foi protocolado o processo SEI nº 23000.016632/2018-28 para o IBDT ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*, em conformidade com o disposto no art.29, § 1º do Decreto nº 9.235, de 15/12/2017. A Nota Técnica nº 68/2019/CGCIES/DIREG/SERES/SERES examinou o processo SEI nº 23000.016632/2018-28 e nos termos da Portaria nº 401, de 26/08/2019 publicada no DOU de 28/08/2019, Seção 1, pag. 628, foi autorizada a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em conformidade com o Decreto nº 9.235, de 2017, art.29, §§ 1º ao 3º.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Internacional (código nº 171069) e Direito Tributário Brasileiro (código nº 171071), área de conhecimento em Direito, presencial, iniciaram o funcionamento no 1º semestre de 2019.

1.3. Objetivos da Instituição

O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO – IBDT, como instituição educacional destina-se a promover a educação, sob múltiplas formas e graus, a ciência e a cultura geral e tem por finalidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- II - promover a formação de pós-graduados nos níveis mestrado e especialistas na área do Direito, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação da ciência jurídica por meio de produções bibliográficas e tecnológicas, com publicações em revistas científicas, obras únicas e coletâneas, jornais e portais especializados;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais;
- VII - divulgar a bibliografia, legislação e jurisprudência, a publicação de trabalhos na área do direito tributário;
- VIII - promover congressos, conferências e cursos e, bem assim, a permanente realização de mesa de debates tributários; e
- IX - promover a extensão, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas no Instituto;
- X - prestar assessoria a instituições privadas e de terceiro setor ou a entidades públicas;
- XI - sistematizar o desenvolvimento dos estudos jurídicos, integrando-os com outros campos de saber correlatos, fomentando abordagens interdisciplinares, em sintonia com as novas demandas do mercado de trabalho;
- XII - realizar parcerias com instituições de âmbito nacional e internacional, promovendo intercâmbio e debate, para ampliar alcance das produções intelectuais alcançadas;
- XIII - promover a formação de docentes e de pesquisadores na área do Direito, qualificando-os para contribuir para o avanço dos principais temas relacionados a área de atuação do IBDT, em especial o direito tributário; e
- XIV - estimular o conhecimento e o debate da atualidade numa visão global, dando ênfase a questões nacionais e regionais;

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), tem por objetivos:

- I. desenvolver o estudo científico do Direito Tributário, sistematizando-o a partir de sólidas noções de teoria geral do direito, enfoque interdisciplinar, transdisciplinar e em harmonia com as necessidades da contemporaneidade, estimulando a produção de conhecimento com vista à contribuição social do Programa de pós-graduação *stricto sensu*, de forma a colaborar com desenvolvimento da prática profissional e da sociedade;
- II. incentivar a análise crítica da doutrina e jurisprudência, mediante elaboração de

pesquisas e trabalhos jurídicos profissionais;

- III. promover formação voltada para a capacitação de profissionais das diversas áreas do conhecimento, para o enfrentamento de questões jurídicas complexas, desenvolvimento de pesquisas científicas e exercício do ensino profissional superior; e
- IV. atribuir o grau de Mestre, correspondente ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional, cumprido pelo discente, na forma do seu regulamento.

No desenvolvimento dos cursos de **pós-graduação lato sensu** são adotadas as seguintes estratégias:

- promoção de atividades de pós-graduação em consonância com as diretrizes e legislação definida pelo órgão público federal;
- oferecimento de cursos de pós-graduação para o atendimento de demandas locais, regionais, e nacionais;

Assim, o curso de pós-graduação *lato sensu*, proporciona oportunidades para formação continuada, crítica e reflexiva, de profissionais de áreas relacionadas a curso de especialização, oferecendo um ensino sintonizado com as necessidades do mundo contemporâneo.

A pós-graduação está regulamentada, considerando os aspectos legais da legislação própria e os critérios de avaliação ensino-aprendizagem, a frequência, elaboração de trabalho de conclusão de curso e exigências para certificação.

1.4. Área (s) de Atuação Acadêmica (pós-graduação “lato e stricto sensu”)

Ao longo dos anos, o IBDT tem desempenhado um papel fundamental no ensino do Direito Tributário no Brasil. Pela Portaria SERES nº 401, de 26/08/2019 teve autorizada a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial e estruturados de acordo com a Resolução CNE/CES nº 01, 06 de abril de 2018, oferecendo desde 2019, os Cursos de **Direito Tributário Internacional** e de **Direito Tributário Brasileiro**.

O Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado tem sua concepção direcionada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Neste sentido, a matriz curricular e a pesquisa concentram carga horária e atividades no conhecimento aplicado, de forma a se integrarem ao ambiente profissional em que o discente está inserido.

A área de concentração do programa está assim estabelecida:

“O **Direito Tributário Internacional** objetiva dirimir e solucionar questões de cumulação de normas de Estados soberanos envolvendo, principalmente, a tributação e a evasão fiscal, para incrementar as relações através da discussão dos limites da lei tributária nacional em situações internacionais. Por outro lado, o desenvolvimento econômico e social é parte necessária no processo civilizatório da população mundial e a tributação internacional faz parte do modelo pelo qual auxiliará nesse caminho.”

O Curso de Extensão, **Introdução e Atualização em Direito Tributário**, com carga horária de **36 horas**, é um dos mais tradicionais do Brasil, sendo promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT desde 1975. O Curso tem como objetivo apresentar, aprofundar e solidificar os conhecimentos e as bases teóricas fundamentais do Direito Tributário, e é voltado para graduandos e graduados com interesse no estudo de técnicas e processos relacionados a temáticas tributárias que beneficiam a atuação prática e o atendimento a demanda do mercado de trabalho.

O IBDT é reconhecido por eventos de relevância nacional e internacional, tais como os **Congressos Anuais** de Direito Tributário Nacional e Internacional, jornadas, fóruns, colóquios e seminários. Além disso, realiza a tradicional **Mesa de Debates**, aberta à participação gratuita do público interno e externo. É membro fundador e participa anualmente de encontros do observatório ibero-americano, bem como se dedica à participação em importantes competições anuais, como os Tax Moot Court Competitions, o GTTC Universities Project Competition, e outras, nas quais equipes de alunos do IBDT, especialmente preparadas e orientadas já receberam diversos prêmios por suas atuações destacadas.

O IBDT se destaca por meio de iniciativas de internacionalização, como o oferecimento de atividades acadêmicas extracurriculares em parceria com instituições de ensino estrangeiras, como as atividades simuladas de negociação de tratados em colaboração com o Institute for Austrian and International Tax Law da Universidade de Economia de Viena (WU), o intercâmbio de pesquisa realizado em parceria com o International Bureau of Fiscal Documentation – IBFD (Holanda), entre outras firmadas pontualmente.

2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1. Inserção Regional

O IBDT tem sua atuação na cidade de São Paulo, maior Metrópole da América do Sul, localidade das mais desenvolvidas nos aspectos econômico, social, cultural, industrial e agrícola. Hoje São Paulo conta com uma das melhores infraestruturas rodoviária, ferroviária,

portuária e energética do Brasil. São Paulo é a cidade mais populosa e industrializada do País, e com essas duas condições, ocupa a posição de metrópole nacional.

Segundo a Fundação SEADE, o município de São Paulo, em 2023 tinha uma população projetada de 11.429.865 habitantes e na região metropolitana de São Paulo, 21.252.384 habitantes. (Fonte: Fundação SEADE/Perfil Seade.gov.br).

A área metropolitana de São Paulo está entre os principais centros industriais do continente, sendo a maior concentração industrial da América do Sul, o maior centro comercial atacadista e varejista, bem como apresenta um crescente setor de serviços.

Motor da economia paulista, a Região Metropolitana de São Paulo é a plataforma ideal para a expansão dos negócios para todo o mercado latino-americano. No plano estadual, a região representa mais da metade da indústria (53,7%), 50% do comércio e 70,8% do valor adicionado em serviços gerado no Estado. A região abriga os mais variados segmentos da indústria, possui um setor de serviços de classe internacional e um comércio altamente desenvolvido. É o centro financeiro do Brasil e abriga as maiores empresas de comunicação e mídia do país.

O mercado financeiro de São Paulo está entre os principais das Américas. Várias empresas globais de consultoria e contabilidade mantêm sucursais na capital paulista. Há também uma grande concentração de escritórios de advocacia e marketing e agências de publicidade. A BOVESPA, onde as ações das empresas nacionais são negociadas, fica na cidade de São Paulo. A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) é a número 1 do Brasil em negócios financeiros e também tem sede no município de São Paulo.

O mercado de trabalho atual, considerado sobre a lógica da internacionalização do espaço mundial, revela, no caso brasileiro, a necessidade de formação rápida e eficiente de profissionais com habilidades e competências para responder às novas necessidades geradas pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

A localização do IBDT na capital paulista proporciona acesso facilitado aos estudantes e pesquisadores interessados em aprofundar seus conhecimentos na área do Direito Tributário. Além disso, a presença de outros centros de pesquisa, instituições governamentais e empresas oferece um ambiente propício para parcerias e colaborações em projetos acadêmicos e pesquisas aplicadas.

Dentro desse contexto, o IBDT atua como um diferencial na área do Direito Tributário em São Paulo, buscando inovação no ensino e pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento

acadêmico e a produção de conhecimento relevante para a realidade regional e nacional. O Instituto fomenta a integração entre graduação, centros de pesquisa e pós-graduação, possibilitando a produção de pesquisas empíricas e teóricas que buscam respostas para questões sociais e jurídicas pertinentes à realidade paulistana e brasileira.

2.2. Princípios Filosóficos e Teórico-Metodológicos Gerais que norteiam as Práticas Acadêmicas da Instituição

A estrutura e organização pedagógica se pauta por princípios orientadores, tais como:

- I. **Ensino participativo:** estimula a participação ativa dos alunos em sala de aula, fomentando o debate e a construção coletiva do conhecimento.
- II. **Metodologias inovadoras:** busca constantemente incorporar abordagens pedagógicas inovadoras em seus cursos, utilizando recursos tecnológicos, estudos de casos, simulações e outras estratégias que estimulem o aprendizado efetivo e significativo.
- III. **Protagonismo discente:** incentiva o alunado a ser protagonista de seu próprio processo de aprendizagem, assumindo responsabilidade por sua formação e buscando explorar suas potencialidades.
- IV. **Inclusão digital:** promove o acesso igualitário à educação, utilizando recursos tecnológicos para tornar o ensino mais acessível e inclusivo.
- V. **Integração multidisciplinar:** reconhece a importância de integrar diferentes áreas do conhecimento no contexto do Direito Tributário, como ciências contábeis, economia, ciência política, entre outras.
- VI. **Internacionalização:** promove o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa internacionais, realiza eventos e congressos de alcance internacional, bem como oferece programas, cursos e realiza pesquisas com foco em Direito Tributário Internacional.
- VII. **Pensamento crítico:** estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, capacitando o aluno a analisar e solucionar problemas tributários de forma fundamentada e inovadora.

A política dos cursos do IBDT está focada na discussão de casos práticos em matéria tributária, buscando oferecer uma formação completa e atualizada em temas relevantes tanto para a tributação nacional quanto internacional. As aulas são ministradas de forma a apresentar conteúdos atuais e promover a constante análise de casos práticos, estimulando a participação do aluno.

A metodologia de ensino é cuidadosamente planejada, combinando aulas expositivas que apresentam o conteúdo teórico com referência constante a casos práticos, bem como aulas de seminários, ocasião em que o aluno é desafiado a resolver casos práticos complexos,

promovendo discussões em sala de aula.

Ao adotar esses princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais em suas práticas acadêmicas, o IBDT fortalece seu compromisso com o ensino do Direito Tributário e com a formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios no cenário regional, estadual, nacional e internacional. A busca pela constante inovação, o estímulo à participação ativa do aluno, a promoção da interdisciplinaridade e o desenvolvimento do pensamento crítico contribuem para a construção de uma educação superior de qualidade e relevante para a sociedade. Esses princípios também reforçam o compromisso do IBDT em oferecer uma educação superior na área de conhecimento do Direito Tributário.

2.3. Políticas de Ensino

A política de ENSINO, em consonância com a missão, visão e valores do IBDT, privilegia ações interdisciplinares que visam ao preparo de profissionais que possam interagir com os diferentes momentos do mercado. Por isso, a preocupação com uma formação de profissionais criativos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade. Está concebida de forma a privilegiar ainda, formação humanística e pluralista.

A matriz curricular e metodologia do programa de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado profissional tem sua concepção em conformidade com as diretrizes da proposta pedagógica do IBDT. O programa de mestrado profissional dá ênfase aos eixos de ensino participativo, integração multidisciplinar e internacionalização.

O programa é voltado ao direito tributário internacional e ao direito tributário comparado, que possibilita ampliar o estudo e a pesquisa das práticas adotadas pelo Estado Brasileiro no âmbito do Direito Tributário, comparativamente com resultados alcançados por outros países para as mesmas questões, com ênfase em uma abordagem de interesse ao meio profissional e nos resultados diretamente vinculados a problemas concretos. Nesse sentido, as linhas de pesquisa abrangem diversos temas, questões relacionadas a tributação da renda e do consumo, repercussões da economia digital e da globalização, planejamento tributário e estruturação de negócios.

O IBDT entende que os estudos relacionados a tributação internacional, com esta perspectiva comparada, possam resultar em iniciativas vocacionadas a efetivamente influenciar no desenvolvimento da sociedade brasileira. As pesquisas, sempre articulando o conhecimento com problemas concretos, orientariam uma produção intelectual propositiva, inovadora e orientada para o campo da atuação profissional.

A proposta pedagógica do curso vem de encontro com a demanda do mercado, nos candidatos que participam do processo de seleção para o programa, os temas da atualidade que promovem comparação das soluções adotadas pela comunidade internacional com a realidade brasileira, e todo o panorama do mercado que demanda a área jurídica são fatores que indicam a necessidade de uma visão comparada do direito tributário. Outros exemplos ilustram essa dimensão, porém, elege-se o primordial, que envolve a necessidade de compreender os desafios contemporâneos da tributação do consumo no Brasil e em outros países, promover análise do direito comparado e identificar soluções inovadoras para problemas concretos.

Os Cursos de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização do IBDT, têm como objetivo geral, aprofundar os conhecimentos e a aptidão do curso de graduação, para discutir e aplicar conceitos fundamentais a temas atuais da doutrina e da jurisprudência do direito tributário, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a demanda do mercado de trabalho.

Estão definidos como objetivos específicos dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, Especialização do IBDT:

- desenvolver o estudo científico da área de conhecimento do Direito, especificamente voltada para o Direito Tributário e áreas afins, sistematizando-o a partir de sólidas noções teóricas, enfoque interdisciplinar, transdisciplinar e em harmonia com as necessidades da contemporaneidade, de forma a colaborar com desenvolvimento acadêmico e profissional do corpo discente;
- oferecer formação nas áreas do direito tributário brasileiro e internacional;
- atender as demandas de mercado pelo aprofundamento de temas específicos;
- aperfeiçoar habilidades necessárias ao exercício das profissões jurídicas, de forma a potencializar a capacidade de atender as demandas do mercado de trabalho nas áreas de conhecimento dos cursos;
- formar especialistas do direito para o enfrentamento de questões jurídicas complexas e atuais;
- promover ações afirmativas que permitam a inclusão, acessibilidade, diversidade e outros aspectos de impacto social.

A gestão dos cursos de pós-graduação está sob a responsabilidade de corpo docente, constituído de professores com titulação de Mestre e/ou Doutor obtida em programa de pós-graduação

stricto sensu reconhecido, conforme legislação em vigor. Além disso, há participação de profissionais com experiência prática relevante no mercado tributário, enriquecendo ainda mais a formação dos estudantes com conhecimentos aplicados.

Os princípios metodológicos norteadores do ensino e da aprendizagem inferem na formação do estudante, e nos cursos do IBDT, precisam estar intrinsecamente relacionadas com o uso das modernas ferramentas e tecnologias da comunicação e informação. Sendo assim, a metodologia visa a empreender as novas tecnologias, a fim de estimular o aluno a buscar informações e flexibilizar o acesso ao conhecimento. A matriz curricular é constituída por módulos de forma que seus componentes curriculares evidenciem interdisciplinaridade e o cumprimento da formação dos objetivos do curso, perfil do egresso, habilidades e competências.

Com objetivo de promover e incentivar a realização de pesquisas em temas atuais e de vanguarda no campo do direito tributário, com foco em resultados práticos e abrangência específica, exige-se a elaboração e aprovação de um artigo final de curso em formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a supervisão de professor, integrante do corpo docente próprio curso, nos termos do Regulamento dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, Especialização e do Regulamento específico do Trabalho de Conclusão de Curso.

No trabalho de conclusão de curso, o aluno é desafiado a elaborar artigos científicos de alta qualidade, que sejam passíveis de submissão e publicação em renomados periódicos especializados na área tributária.

Reconhecendo a possibilidade de o aluno participar de atividades extracurriculares que envolvem pesquisas aprofundadas e produção acadêmica, o IBDT oferece flexibilidade ao permitir que os resultados desses trabalhos sejam submetidos como equivalente ao TCC. Isso reflete o compromisso do Instituto em valorizar e reconhecer o esforço do aluno que busca se aprofundar em pesquisas relevantes para o campo do direito tributário.

O IBDT considera relevante a **internacionalização** como uma estratégia fundamental para ampliar seu alcance globalmente e aprimorar a qualidade da pós-graduação. Nesse contexto, o Instituto busca sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e mobilidade docente e discente.

As atividades de internacionalização do IBDT incluem a realização de eventos internacionais, que proporcionam a troca de conhecimentos e experiências com profissionais e pesquisadores de diversas partes do mundo. Além disso, o Instituto participa de competições internacionais, permitindo que seus alunos estejam expostos a desafios acadêmicos de nível global e

aprimorem suas habilidades jurídicas em um cenário internacional.

O IBDT também mantém parcerias com instituições de ensino superior (IES) internacionais, permitindo a colaboração de docentes e pesquisadores em pesquisas e projetos conjuntos, o compartilhamento de experiências acadêmicas e a promoção de intercâmbio de conhecimentos. Essas parcerias enriquecem o ambiente de aprendizado dos alunos e promovem a diversidade cultural no âmbito acadêmico.

2.4. Políticas de Pesquisa

O programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado profissional em Direito Tributário, possui linhas de atuação, que se articulam entre si por meio de suas disciplinas, atividades e projetos de pesquisa:

1. Linha de Pesquisa em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento; e
2. Linha de Pesquisa em Direito Tributário Comparado e Desenvolvimento

1. A linha **Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento** é voltada ao estudo e pesquisa no âmbito das práticas jurídicas do direito tributário internacional, com ênfase em uma abordagem de interesse ao meio profissional e no alcance de resultados vinculados a problemas concretos. Diversos temas como regimes de tributação aplicados a investimentos realizados no exterior e auferidos no Brasil, regras CFC, preços de transferência, repercussões da economia digital e da globalização, planejamento tributário e estruturação de negócios são abrangidos pela linha de pesquisa. Essa linha, possui três Projetos de Pesquisa vinculados:

1.1. A Tributação Brasileira no Ambiente Globalizado: tem como objetivo investigar o regime de tributação aplicável aos rendimentos obtidos por residentes no Brasil em suas aplicações e investimentos realizados no exterior. O Brasil, durante muitos anos, especialmente na época do regime militar, foi um país fechado, onde havia muita dificuldade para a remessa de recursos ao exterior e para a realização de investimentos também no exterior. Atualmente, com a abertura do país e como efeito do processo de globalização, cada vez mais empresas brasileiras passaram a investir no exterior, abrindo filiais e constituindo subsidiárias espalhadas por todo o mundo. Esses investimentos no exterior geram rendimentos e, obedecidas determinadas condições, são tributados no Brasil, gerando questões de dupla tributação.

1.2. O Regime Tributário dos Investimentos do Exterior e seus reflexos no Brasil: estuda o regime de tributação aplicável aos rendimentos auferidos no Brasil em decorrência de aplicações e investimentos feitos por residentes no exterior, e tem como pressuposto a

afirmação de que o Brasil sempre foi um país carente de poupança externa para financiar o desenvolvimento nacional. A poupança interna, conforme sabido por todos, é insuficiente para financiar os investimentos necessários para a modernização da nossa infraestrutura. Daí porque a legislação tributária brasileira sempre incentivou com regimes fiscais benéficos os investimentos provenientes do exterior. Por outro lado, rendimentos especulativos no mercado financeiro, provenientes de paraísos fiscais, jamais gozaram de incentivos. E a retenção do imposto de renda na fonte sobre rendimentos remetidos ao exterior sempre acarretou problemas com países signatários de tratados com o Brasil para evitar a dupla tributação em virtude de divergências de interpretação.

1.3. Economia Digitalizada no Direito Internacional: objetiva estudar questões complexas relativas aos efeitos tributários da digitalização da economia. A rápida expansão de novas tecnologias transforma as realidades negociais e cria desafios para a tributação internacional em diversos temas, de forma que as repercussões devem ser estudadas com a finalidade de encontrarmos soluções inovadoras e sofisticadas para as transformações nas práticas jurídicas que acontecem com a digitalização.

A linha **Direito Tributário Comparado e Desenvolvimento** é voltada ao estudo e pesquisa no âmbito das práticas brasileiras do Direito Tributário, comparando-as com a solução alcançada por outros países para as mesmas questões, com ênfase em uma abordagem de interesse ao meio profissional e no alcance de resultados vinculados a problemas concretos. Diversos temas, questões relacionadas a tributação da renda e do consumo, repercussões da economia digital e da globalização, planejamento tributário e estruturação de negócios são abrangidos pela linha de pesquisa. Essa linha, possui três projetos de pesquisa vinculados:

2.1. Políticas Fiscais: objetiva analisar políticas fiscais do Brasil e em outros países que se relacionem com o desenvolvimento social e econômico. As pesquisas buscam analisar as bases teóricas e compreender os problemas concretos para propor soluções inovadoras e práticas que impulsionem o desenvolvimento.

2.2. Tributação do consumo no Estado Federal como ferramenta ao desenvolvimento: objetiva compreender desafios contemporâneos da tributação do consumo no Brasil e em outros países, realizar análises de direito comparado e propor soluções inovadoras para problemas concretos.

2.3. Economia Digitalizada no Direito Comparado: objetiva estudar questões complexas relativas aos efeitos tributários da digitalização da economia. A rápida expansão de novas

tecnologias transforma as realidades negociais e cria desafios para a tributação em diversos temas, de forma que as repercussões devem ser estudadas com a finalidade de encontrarmos soluções inovadoras e sofisticadas para as transformações nas práticas jurídicas que acontecem com a digitalização. Compreender tais desafios contemporâneos por meio de análises de direito comparado e propor soluções adequadas e inovadoras para problemas concretos da sociedade.

Essas linhas representam áreas de estudo e investigação que abrangem o campo tributário em diferentes contextos, permitindo a análise das questões fiscais em âmbito internacional, a comparação das legislações tributárias entre diferentes países e a reflexão sobre as especificidades e desafios do sistema tributário brasileiro. Cada linha de pesquisa contribui para o enriquecimento do debate acadêmico e a formação de profissionais altamente qualificados no campo do Direito Tributário.

As atividades de pesquisa impulsionadas pelo IBDT, incluindo a publicação de revistas, séries doutrinárias, livros e outros mecanismos de divulgação, representam investimentos concretos do Instituto no avanço do conhecimento e na disseminação de estudos relevantes para a comunidade jurídica e acadêmica. O IBDT reconhece que o desenvolvimento da pesquisa é essencial para a construção de uma instituição de ensino superior de qualidade e, portanto, continua comprometido em promover e incentivar a pesquisa em todas as suas vertentes.

Research Projects ON-DEMAND

A dissertação do Mestrado Profissional deve apresentar valor à sociedade, endereçando problemáticas e contribuindo para o desenvolvimento de matérias efetivamente relevantes ao mercado e aos setores públicos. O “Research Projects On-Demand” tem o objetivo de incentivar o(a)s mestrando(a)s do IBDT a desenvolver com antecedência pesquisa intensa e estruturada a respeito do tema da dissertação, de forma a contribuir para a excelência dos resultados pretendidos.

Como funciona? Todo(a) o(a) mestrando(a) pode propor a realização de projetos de pesquisa com formatos variados (seminários, webinars, mesas de debate, grupos de pesquisa etc.), tendo como requisitos a sua viabilidade e aderência ao tema da dissertação. Os projetos selecionados são conduzidos pelo(a) próprio(a) mestrando(a) proponente, com a participação de professores do Mestrado Profissional e de outro(a)s profissionais especialistas na temática.

O programa de pós-graduação *stricto sensu* conta com um **Núcleo de Pesquisas (NUPEM)** que tem por objetivo desenvolver pesquisas com perspectivas internacionais e comparadas, sob a ótica brasileira ou ibero-americana. A composição do Grupo de Pesquisa do NUPEM é definida em edital de processo seletivo, com participação de alunos do que estejam cursando ou que já tenham concluído o Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT, alunos que estejam cursando quaisquer dos cursos de especialização em Direito

Tributário (*lato sensu*) do IBDT e participantes externos, cuja atuação profissional e acadêmica apresente comprovada aderência com a pesquisa proposta.

1. **TRIBUTAÇÃO EM BASES UNIVERSAIS:** o projeto de pesquisa visa contribuir nos debates sobre tributação em bases universais, de forma aprofundada, comprometida com os padrões metodológicos de pesquisa em Direito, buscando-se contrapor diferentes perspectivas (contribuintes, fisco e comunidade como um todo). Com foco tanto no contexto interno como no internacional, o presente Grupo de Estudos visa, justamente, contribuir para essa discussão, agregando à crescente literatura que analisa criticamente os recentes avanços na matéria, de forma a contribuir para a sociedade de maneira efetiva.
2. **TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL E PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: O CASO BRASILEIRO:** o projeto de pesquisa visa contribuir nos debates sobre tributação internacional relacionadas com as propostas da OCDE desde o Projeto BEPS. O projeto é realizado sob a perspectiva do Brasil, e tem como eixos os temas: (i) Source Taxation; (ii) Transfer Pricing; (iii) Taxation of Intangibles; e (iv) Digital Economy.
3. **“OITI: DIGITAL MISCELLANEOUS”:** mantido em parceria com o Observatório Iberoamericano de Tributação Internacional (OITI), objetiva unir pesquisadores de países ibero-americanos para desenvolver pesquisas, publicar artigos e realizar apresentações sobre os seguintes temas: (i) Robot Taxation; (ii) Space Taxation; (iii) Blockchain and Taxation; (iv) Alternative Currencies (Cryptocurrencies) and Taxation.
4. **“OITI: TAXATION AND DISRUPTIVE TECHNOLOGIES”:** desenvolvido em parceria com o Observatório Iberoamericano de Tributação Internacional (OITI), a pesquisa objetiva unir pesquisadores de países ibero-americanos para desenvolver pesquisas, publicar artigos e realizar apresentações sobre os seguintes temas: (i) Taxation of Big Data: Digital Behavior as a Product; (ii) Fully Automated Decision-Making in Tax Procedures and Tax Assessments; (iii) Taxation in the 3D Printing Everything Era; (iv) Taxation of Digital tokens: taxation of Staking vs Mining Cryptocurrencies and New Trends.
5. **TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO:** objetiva unir pesquisadores para se dedicar ao estudo de um novo modelo de imposto sobre o consumo. Tem como objeto de estudo um novo modelo de imposto sobre o consumo, cujo contribuinte (de fato e de direito) é consumidor final.
6. **DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO PILLAR 2 DA OCDE NO BRASIL: UMA PROPOSTA LEGISLATIVA:** tem por finalidade propor, na forma de um projeto de lei, a implementação das medidas formuladas no âmbito do Pillar 2, proposto pela OCDE no Direito Brasileiro.

O Grupo de Pesquisa é atividade optativa ao aluno do Mestrado em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT e quando selecionado, com participação de no mínimo 75% nos encontros de pesquisa e alcançar nota igual ou superior a 7 nas atividades desenvolvidas é atribuído 2 créditos.

O IBDT possibilita divulgação da produção do NUPEM por meio de edição própria.

A produção intelectual também é incentivada pelo Instituto, que mantém as Revistas "**Direito Tributário Atual**" e "**Direito Tributário Internacional Atual**", com conceitos B2 e B1 atribuídos no Qualis Periódico, do ciclo avaliativo de 2017-2020.

Revista Direito Tributário Atual – RDTA: com periodicidade quadrimestral e publicação do volume nº 56, tem por objetivo divulgar artigos de caráter científico permanente, preferencialmente voltados para temas da atualidade, sempre na área do Direito Tributário. A Revista está inserida no Open Journal System (OJS), seguindo o caráter científico e a abertura à colaboração com as mais variadas entidades, nacional e internacionalmente, salientando que a partir da edição v. 31 adota-se o sistema de *double blind peer review* com pareceristas componentes de Conselho Científico da RDTA, formado por destacados conhecedores do Direito Tributário, vinculados às mais variadas instituições universitárias do Brasil e do Exterior. A Revista possui ISSN: 1415-8124, e-ISSN 2595-6280 e é atualmente classificada como Qualis B1.

Revista Direito Tributário Internacional Atual (RDTI-Atual): com periodicidade semestral e integralmente digital, observa parâmetros internacionais de avaliação em estrita consonância com os procedimentos Qualis da CAPES. A avaliação dos artigos adota o sistema de *double blind peer review*. A revista possui e-ISSN 2595-7155 e é atualmente classificada como Qualis B1.

O IBDT possui um vasto acervo físico e oferece acesso a plataformas e repositórios acadêmicos nacionais e internacionais, destacando-se a série “**Doutrina Tributária**”, destinada à divulgação de dissertações de mestrado e de teses de doutorado de pós-graduados da USP, a **Revista Fórum de Direito Tributário** (RFDT), a plataforma do IBFD (Internacional Bureau of Fiscal Documentation), a base de dados da editora Wolters Kluwer, a assinatura da plataforma Tax Notes da editora Tax Analysis, entre outras parcerias e assinaturas. A série **Tributação Aplicada**, tem por objetivo divulgar as dissertações produzidas no programa de pós-graduação *stricto sensu* do IBDT.

Os **Serviços de Submissão e Avaliação de Artigos das Revistas do IBDT** funcionam

mediante chamadas permanentes de artigos científicos, que devem ser submetidos através da Plataforma OJS Online das Revistas (Open Journal Systems), mediante cadastro do autor – e eventuais coautores. As chamadas estão disponíveis para consulta no site institucional do IBDT, com descrição da linha editorial, requisitos e demais condições.

O IBDT dispõe de plataforma para repositório online de suas publicações e revistas, e vem investindo em recursos tecnológicos para garantir a sua política de acesso livre e novos formatos como e-Books. As remessas de texto são realizadas pela Plataforma OJS. O IBDT também contratou serviços de revisão, diagramação e edição e busca sempre ampliar o apoio e fomento que oferece para publicações que atendam aos seus objetivos institucionais. O IBDT possui editora própria e promove diversos lançamentos.

Congresso Brasileiro de Direito Tributário Atual (2023 – 9ª edição)

Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional (2024 – 10 edição)

O IBDT, realiza há mais de uma década, bianualmente, em períodos distintos, dois Congressos. Os participantes – estudantes, pesquisadores, professores e profissionais interessados no campo do Direito Tributário submetem artigos para inclusão nos Anais do Comitê Organizador. Os dez melhores artigos selecionados são incluídos nos Anais do Congresso Brasileiro de Direito Tributário, publicados em formato digital e/ou impresso.

Observatório

O Observatório Iberoamericano de Tributación Internacional (OITI) é um espaço comum para que acadêmicos, profissionais da área jurídica, representantes das administrações tributárias e juízes promovam estudos, troca de informações e o debate de questões de direito fiscal de relevância internacional. A OITI incentiva a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimentos especializados em matéria de tributação internacional entre as novas gerações de acadêmicos e profissionais. Para mais informações sobre o observatório é possível consultar o site: www.oiti.org

O IBDT no cumprimento de seu objetivo institucional de incentivar o ensino, a pesquisa e o aperfeiçoamento do direito tributário, disponibiliza uma bolsa acadêmica de pesquisa para o pós-graduando com objetivo de dedicar durante o período de um ano à realização de pesquisa relacionada a tema atual e relevante pertinente ao Direito Tributário, seja da perspectiva nacional, quanto de sua perspectiva internacional.

O IBDT possui um firme compromisso com o fomento à pesquisa. Concede bolsas de pesquisa a pesquisadores contratados, que desempenham um papel fundamental na assessoria aos docentes, na condução de atividades e no desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas de

interesse. Essas bolsas possibilitam a ampliação do quadro de pesquisadores qualificados e enriquecem o ambiente acadêmico do Instituto.

As atividades de pesquisa impulsionadas pelo IBDT, incluindo a publicação de revistas, séries doutrinárias, livros e outros mecanismos de divulgação, representam investimentos concretos do instituto no avanço do conhecimento e na disseminação de estudos relevantes para a comunidade jurídica e acadêmica. O IBDT reconhece que o desenvolvimento da pesquisa é essencial para a construção de uma instituição de ensino superior de qualidade e, portanto, continua comprometido em promover e incentivar a pesquisa em todas as suas vertentes.

2.5. Políticas de Extensão

O IBDT busca, por meio de suas ações de extensão, não apenas disseminar conhecimento, mas também contribuir efetivamente para o fortalecimento do campo do direito tributário, ampliando o impacto de sua atuação e reafirmando seu compromisso com a sociedade e o desenvolvimento do país.

As políticas de extensão do IBDT têm os seguintes objetivos:

- I. Fomentar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, criando espaços para a aplicação prática dos conhecimentos e a troca de saberes com a comunidade externa;
- II. Incentivar a reflexão ética e o compromisso com os valores democráticos em todas as atividades extensionistas;
- III. Contribuir para a formação e a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes, proporcionando-lhes experiências complementares;
- IV. Estimular a busca por soluções para problemas concretos em âmbito local, regional e/ou nacional, aproveitando a expertise do IBDT em matéria tributária para prestar serviços à sociedade;
- V. Colaborar com iniciativas que reforcem o compromisso social do IBDT com a diversidade e a promoção do respeito aos direitos fundamentais das pessoas.

Os cursos de extensão têm por objetivo, explorar as demandas da comunidade científica e de profissionais de mercado pelo aprofundamento de temas específicos, os quais são tratados de forma mais geral nos demais cursos oferecidos pelo IBDT.

O Curso de “**Introdução e Atualização em Direito Tributário**” é um dos mais tradicionais do Brasil, sendo promovido pelo IBDT desde 1975, e está voltado para estudantes de cursos de graduação e profissionais em início de carreira, que buscam bases teóricas mais sólidas para suas práticas, estando dividido em dois módulos semestrais - Módulo I – Teoria Geral do Direito

Tributário e Módulo II – Tributos em Espécie e Processo Tributário. O enfoque metodológico do curso enfatiza a dialética entre teoria e prática, com a utilização de casos, julgados, jurisprudência e doutrina nacional e estrangeira. A prática forense e consultiva também é incorporada, proporcionando um ambiente propício para a troca de experiências e debates entre os participantes.

Também são ofertados os cursos de: Controvérsias e Temas Tributários Atuais na Jurisprudência; Normas Internacionais de Contabilidade e Tributação; Temas Avançados de Tributação Internacional; Direito Aduaneiro e Tributação do Comércio Internacional; Temas Avançados de Preços de Transferência; Curso Tributação sobre o Consumo; Tributação de Agronegócio; Direito Tributário Previdenciário.

Olhando para o futuro, os cursos de extensão permanecerão com o mesmo formato, continuando a atender às demandas da comunidade científica e de profissionais em busca de aprofundamento em temas específicos do Direito Tributário. Com base na percepção de um crescente interesse em áreas especializadas, o IBDT objetiva ampliar a oferta de cursos de extensão alinhada às necessidades do mercado e do próprio Instituto.

O programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT, o Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP e o International Bureau of Fiscal Documentation - IBFD (Holanda) organizaram em 2020 o **1º Seminário de Pesquisadores em Tributação Internacional** do IBDT / IBFD / DEF-USP, com objetivo de fornecer a pesquisadores de diversos países a oportunidade de discutir seus projetos de pesquisa com professores e acadêmicos de destacado reconhecimento internacional em matéria tributária.

Tax Moot Court Competition: O IBDT mantém parceria com o OITI, participando ativamente dos seus encontros, eventos e projetos de pesquisa. Cabe destacar a relevante participação na organização das competições de Internacional Tax Moot Court, realizados periodicamente. Desde 2012 o IBDT conta com representantes na competição por uma equipe de alunos do curso de pós-graduação em Direito Tributário Internacional, conquistando prêmios de melhor orador(a) pela acusação e também pela defesa.

No ano de 2023, alunos da pós-graduação *lato sensu*, especialização em Direito Tributário Internacional participaram do XIII Iberoamerican Tax Moot court. O evento foi realizado pelo Observatório Iberoamericano Tributación Internacional, sediado na Universidad Externado de Colombia, Bogotá, chegando às semifinais, conquistando prêmios.

No ano de 2024, quatro alunos da pós-graduação *lato sensu*, especialização em Direito Tributário Brasileiro participaram da 2nd Annual Student Case Competition, o evento teve o apoio do TEI - Tax Executives Institute e juízes da IFA- International Fiscal Association em Montreal – Canadá. Os recursos financeiros de deslocamento ao local do evento são concedidos pelo IBDT.

MESAS DE DEBATES: são realizadas semanalmente, todas as quintas-feiras letivas no auditório do IBDT, com a participação de diretores e conselheiros do IBDT, professores do Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito, advogados, economistas, contabilistas, administradores de empresas e funcionários públicos especializados na área tributária. São objeto de exame e debate os temas atuais relacionados com a legislação, a jurisprudência e a doutrina tributária incluídos na pauta dos trabalhos e os que, porventura, forem suscitados pelos participantes durante a reunião. A partir de 2017, o IBDT promove transmissão ao vivo das Mesas de Debates, através do canal do You Tube.

Mesa de Debates 1500º: em 21/9/2017, completou a milésima quingentésima reunião da Mesa de Debates, um dos maiores pilares do IBDT. Para coroar o grande dia, houve a entrega do Auditório Professor Ruy Barbosa Nogueira à Faculdade de Direito da USP, fruto de doação do IBDT em homenagem ao seu fundador e professor catedrático em direito tributário.

Mesa de Debates do IBDT/ FIPECAFI: realizada desde 2019, mensalmente, a Mesa de Debates do IBDT/ FIPECAFI, em datas intercaladas (quartas e sextas feiras) uma vez ao mês, com o total de 33 mesas. A partir de 2023 as mesas IBDT/ FIPECAFI são realizadas bimestralmente pela plataforma ZOOM.

Mesa de Debates do IBDT/ WIT – Woman in Tax: realizada desde 2021, geralmente uma ou duas vezes ao ano, com total de 6 mesas. A partir de 2021 as mesas IBDT/ WIT são realizadas pela plataforma ZOOM e através do canal do Youtube.

O IBDT em parceria com a Tax Executives Institute Latin America Chapter (TEI – Latam) e Universidade Torcuato Di Tella (UTDT) realizaram o primeiro Programa Internacional de Gestão Tributária (ITMP). Com foco nas mais recentes complexidades tributárias internacionais, especificamente no terreno dinâmico da América Latina, este programa é o passaporte para aprender como administrar impostos globalmente. Há previsão da realização de encontros presenciais, tendo sido realizado na Argentina e no Brasil.

2.6. Políticas para Internacionalização

O IBDT reconhece a importância da internacionalização como uma estratégia fundamental para ampliar seu alcance globalmente e aprimorar a qualidade de sua pós-graduação. Nesse contexto, o Instituto tem o objetivo de criar e regulamentar um grupo responsável por coordenar as políticas de internacionalização, buscando sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e mobilidade docente e discente.

As iniciativas de internacionalização do IBDT incluem a realização de eventos internacionais, que proporcionam a troca de conhecimentos e experiências com profissionais e pesquisadores de diversas partes do mundo. Além disso, o Instituto busca participar de competições internacionais, permitindo que seus alunos estejam expostos a desafios acadêmicos de nível global e aprimorem suas habilidades jurídicas em um cenário internacional.

O IBDT também mantém parcerias com professores e Instituições de Ensino Superior (IES) internacionais, permitindo a colaboração em pesquisas e projetos conjuntos, o compartilhamento de experiências acadêmicas e a promoção de intercâmbio de conhecimentos. Essas parcerias enriquecem o ambiente de aprendizado dos alunos e promovem a diversidade cultural no âmbito acadêmico.

2.7. Políticas de Gestão

As políticas de gestão adotadas pelo IBDT são fundamentadas em princípios que valorizam a participação, a representatividade, a transparência e decisão colegiada. Os processos decisórios são estruturados para garantir a autonomia dos órgãos gestores e colegiados, assegurando a representação docente, técnicos, discente e da sociedade civil organizada. Nesse sentido, o Regimento define a composição dos órgãos colegiados, atribuições e competências.

O IBDT tem como política de gestão:

- o fortalecimento das instâncias de representação e participação nos órgãos colegiados;
- buscar, de forma permanente, a qualidade do ensino, por meio da integração com o mercado de trabalho, o uso de novas tecnologias educacionais e da promoção de efetivas condições para a realização da pesquisa e extensão;
- a realização de avaliação como eixo que estrutura o processo de mudança, a correção e/ou adequação de seus processos e a qualificação institucional;
- a instrumentalização e a capacitação de dirigentes, objetivando uma gestão mais eficaz e eficiente;

- manter estrutura administrativa eficiente, buscando a otimização dos recursos existentes, dentro de uma filosofia de autonomia financeira e de decisão colegiada sobre os destinos institucionais;
- divulgar de forma sistemática suas ações, consolidando sua reputação e preservando sua imagem institucional na comunidade em que se insere.

2.8. Responsabilidade Social da Instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social

Confere-se a uma Instituição de ensino superior um relevante papel social, na medida em que esta adota uma postura de investigação científica do contexto, detectando as causas determinantes dos problemas, bem como as reais necessidades da sociedade, tornando-se, assim, um local de crítica e de transformação social. E pode a Instituição ser partícipe deste processo, de levantar problemas, pesquisar as alternativas de solução e muitas vezes implantar a solução do problema apresentado.

Nesse direcionamento, o IBDT estabelece as relações indissociáveis entre **ensino** (utilização dos problemas referentes às questões sociais como conteúdo do saber, formando alunos competentes, conscientes, críticos, aptos a gerar uma sociedade justa e humana); **pesquisa** (a produção científica é concebida por meio dos interesses e das necessidades da sociedade, cujos resultados podem ser utilizados no desenvolvimento econômico, social, tecnológico e científico); e a **extensão** (trata-se de um campo de produção, reflexão e divulgação, onde de forma generalizada permite o acesso ao saber).

Para o IBDT, a responsabilidade social abrange também a promoção da diversidade e a implementação de práticas afirmativas para a inclusão de segmentos da sociedade. O IBDT entende que um ambiente acadêmico e social verdadeiramente enriquecedor é aquele que valoriza e respeita as diferenças individuais, proporcionando igualdade de oportunidades e tratamento justo a todas as pessoas.

Nesse contexto, a preocupação constante do IBDT é criar um ambiente em que valores fundamentais como respeito, dignidade, igualdade, solidariedade, justiça e liberdade sejam não apenas reconhecidos, mas colocados como prioridades em todas as suas atividades.

Além de sua dedicação à diversidade e à inclusão, o IBDT desenvolve conhecimento sobre as questões ambientais, destacando sua relevância na defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade. Através de discussões, visa fortalecer a compreensão de como o Direito pode ser uma ferramenta eficaz na proteção e preservação do meio ambiente.

Destaca-se que, nas publicações de suas revistas adota o formato e-Book e a entrega da dissertação e de trabalho de conclusão de curso no formato eletrônico.

3. DA INSTITUIÇÃO E A ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1. Diretrizes Pedagógicas

O Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) desempenha um papel fundamental na oferta de cursos de alta qualidade em nível de pós-graduação, visando a formação de profissionais especializados e qualificados na área do Direito Tributário.

A organização e regulamentação dos cursos do IBDT são pilares essenciais de sua atuação. Cada curso é desenvolvido com base em um projeto pedagógico criteriosamente elaborado, que contempla os objetivos educacionais, a estrutura curricular, os métodos de ensino, a avaliação e os recursos necessários.

A elaboração do planejamento de oferta de cursos e vagas é realizada considerando não apenas as diretrizes legais, mas também os objetivos institucionais, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades dos estudantes. Essa abordagem estratégica permite ao IBDT adaptar-se de maneira ágil às mudanças e evoluções no campo do Direito Tributário, proporcionando cursos atualizados e relevantes.

A equipe pedagógica do Instituto, composta por docentes altamente qualificados, tem o compromisso de assegurar a coerência entre os objetivos educacionais, os conteúdos programáticos, a metodologia de ensino e a avaliação do alunado.

3.1.1. Perfil do Egresso

Constitui um dos objetivos do IBDT promover a formação de discentes, docentes e de pesquisadores na área do Direito, qualificando-os para contribuir para o avanço dos principais temas relacionados a área de atuação do IBDT, em especial o Direito Tributário.

Por meio de seus cursos, o IBDT oferece uma sólida formação teórica e profissional, que habilita o egresso para atuação no mercado jurídico profissional, estando orientado para uma atuação como advogado em escritórios ou empresas, ou ainda no Poder Público, em repartições relacionadas a atuação tributária. Da mesma forma, há uma forte orientação acadêmica, para atuação com ensino e pesquisa.

Não obstante, distintos perfis de egressos são contemplados nos cursos do IBDT, posto que há

grande interdisciplinaridade e uma estrutura curricular flexível. Cabe destacar que o egresso do IBDT estará capacitado para responder a demandas sociais e de um mercado cada vez mais dinâmico e competitivo, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país como protagonista.

Uma preocupação permanente do IBDT é o acompanhamento de seus egressos, inclusive buscando construir espaços de diálogos e interação constante. Algumas medidas de acompanhamento do egresso que podem ser verificadas:

- incentivo para a participação em eventos oficiais do IBDT;
- obtenção de informações de produções intelectuais; e
- abertura de espaço para competições internacionais, participações em seminários, divulgação de produção acadêmica e atuação docente nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e extensão;

3.1.2. Seleção de conteúdos e estratégia didática

A seleção de conteúdos e as estratégias didáticas do IBDT visam atender as suas diretrizes e projetos pedagógicos, e se baseia na aplicação de métodos participativos e inovadores no processo de ensino-aprendizagem.

A estratégia didática do IBDT tem por objetivo não apenas transmitir conhecimento, mas também permitir a realização eficaz de objetivos pedagógicos mais amplos. A formação de profissionais capacitados para enfrentar e propor soluções criativas e inovadoras para problemas reais é a prioridade do Instituto. Para isso, há incentivo para a adoção de diferentes técnicas de ensino que estimulem a participação ativa do aluno, fomentando a cooperação entre eles e seus professores.

A abordagem pedagógica do IBDT busca integrar teoria e prática de maneira orientada e coerente. Neste sentido, reconhecimentos que o material didático é mais do que um simples recurso informativo. Ele é um instrumento vital para a realização de estratégias didáticas que promovem o desenvolvimento de habilidades, a sedimentação de conteúdos e a resolução de problemas. Além disso, o material atua como facilitador da dinâmica de aula, desempenhando papéis informativo, dinamizador e formativo.

A valorização do ambiente digital é uma prioridade do IBDT, e nossos materiais didáticos buscam refletir esse compromisso. O uso estratégico da tecnologia visa ampliar as possibilidades de interação, colaboração e acesso a recursos, promovendo uma educação mais acessível e flexível.

A inovação pedagógica é um compromisso das diretrizes pedagógicas do IBDT. Busca-se

constantemente explorar novas abordagens e metodologias que promovam a compreensão profunda e a aplicação prática dos conceitos tributários. A estratégia didática visa não apenas transmitir conhecimento, mas também desenvolver habilidades essenciais para o sucesso dos profissionais no campo tributário, preparando o egresso para os desafios complexos e em constante evolução desse cenário.

3.2. Metodologias de Ensino

O programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado profissional do IBDT segue as diretrizes estabelecidas pelo projeto pedagógico da instituição, destacando-se por sua abordagem centrada em três eixos fundamentais: ensino participativo, integração multidisciplinar e internacionalização.

A matriz curricular e metodológica do programa é projetada para envolver os alunos de forma ativa, incentivando-os a enfrentar e resolver problemas concretos de forma colaborativa.

A proposta do programa é proporcionar aos alunos uma visão integrada e multidisciplinar da realidade, promovendo disciplinas e projetos de pesquisa que dialoguem com outras áreas do conhecimento.

Além disso, o mestrado profissional estabelece parcerias e convênios com outras instituições de ensino, enriquecendo a experiência do estudante.

Devido à natureza voltada para o direito internacional e comparado, o programa demonstra uma preocupação especial com a internacionalização do curso. A participação de diversos professores convidados de instituições externas enriquece as disciplinas e atividades acadêmicas.

O Núcleo de Pesquisas (NUPEM) do programa também desenvolve pesquisas com perspectivas internacionais e comparadas, sob a ótica brasileira ou ibero-americana. Além disso, a realização de eventos expressivos, como os Congresso Brasileiro de Direito Tributário Internacional e de Direito Tributário Brasileiro Atual e os Seminários para Pesquisadores Mestrando, Doutorandos e Pós-doutorandos, em parceria com o DEF-USP e o IBFD, contribuem para a projeção internacional do programa.

A dissertação deve estar sempre vinculada a questões práticas da área de atuação do aluno-profissional e alinhado com a finalidade e objetivos do curso, sendo flexível em relação ao formato de apresentação, apresentados em formato de artigos científicos, com o intuito de que

sejam publicados em revistas acadêmicas e profissionais bem qualificadas no Qualis, visando assim repercutir no meio profissional e acadêmico.

A política dos cursos do IBDT sempre esteve focada na discussão de casos práticos em matéria tributária, buscando oferecer uma formação completa e atualizada em temas relevantes tanto para a tributação doméstica quanto internacional. As aulas são ministradas de forma a apresentar conteúdos atuais e promover a constante análise de casos práticos, estimulando a participação do aluno.

No Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Internacional, a metodologia de ensino é cuidadosamente planejada, combinando aulas expositivas que apresentam o conteúdo teórico com referência constante a casos práticos, bem como aulas de seminários. Nestas últimas, os alunos são desafiados a resolver casos práticos complexos, promovendo discussões em sala de aula.

A política curricular do curso tem como objetivo capacitar o aluno em quatro áreas-chave do conhecimento em direito tributário internacional: (i) os elementos fundamentais, com ênfase na análise da convenção modelo da OCDE e questões relacionadas à tributação da renda; (ii) os principais temas relevantes para a prática profissional no Brasil em relação à tributação de investimentos entrantes/saíntes; (iii) áreas periféricas e mercados específicos que apresentam preocupações específicas em tributação internacional; e (iv) a aplicação prática do conhecimento e a atualização em relação aos principais temas debatidos no cenário global.

No Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Brasileiro, o viés prático é uma característica proeminente do curso, onde as aulas práticas ocorrem quase semanalmente. O aprendizado começa com discussões em grupos sobre questões relacionadas às implicações práticas dos conceitos e fundamentos teóricos abordados nas aulas expositivas anteriores. Em seguida, os alunos participam de atividades de simulação, com enfoque na prática profissional consultiva, enfrentando desafios típicos da consultoria tributária.

Durante as atividades de simulação, os alunos são divididos em grupos, assumindo os papéis de advogados de contribuintes, procuradores de fazendas públicas e julgadores, cada um desempenhando seu papel de maneira ativa. Os advogados e procuradores precisam se empenhar para vencer a disputa, enquanto os julgadores devem justificar seus votos em favor de um ou outro grupo.

Em cada aula prática, os grupos de advogados de contribuintes e procuradores públicos têm a oportunidade de receber pontos adicionais em suas notas, caso vençam o caso prático em

disputa, criando um ambiente de competitividade e engajamento entre os alunos.

Nos Cursos de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização, o IBDT exige a elaboração e aprovação de um artigo final de curso em formato de Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, o IBDT promove e incentiva a realização de pesquisas em temas atuais e de vanguarda no campo do direito tributário, com foco em resultados práticos e abrangência específica. Nos trabalhos de conclusão de curso, os alunos são inclusive desafiados a elaborar artigos científicos de alta qualidade, que sejam passíveis de submissão e publicação em renomados periódicos especializados na área tributária.

Tanto no Curso de Especialização em Direito Tributário Brasileiro quanto no Curso de Especialização em Direito Tributário Internacional, a política organizacional do IBDT enfatiza a diversidade do conteúdo das aulas, proporcionada pela amplitude e abrangência de seu corpo docente especializado. A organização científica dos temas é constantemente aprimorada, buscando maior alinhamento e participação do corpo docente para garantir coerência e concatenância na apresentação do conhecimento jurídico e dos casos práticos ministrados em aula.

3.3. Processo de Avaliação

No curso de pós-graduação *stricto sensu* os sistemas avaliativos buscam engajar o aluno por meio de metodologias como seminários, apresentações e trabalho individual. Isso promove o desenvolvimento de habilidades intelectuais e profissionais, cultivando a capacidade de análise crítica e a aplicação prática dos conceitos estudados.

Nas disciplinas do Mestrado Profissional, são adotadas formas de avaliação que valorizam a participação ativa do aluno, incentivando o debate e a troca de ideias em sala de aula. Além disso, é estimulada a preparação prévia do estudante por meio da leitura e estudo de textos indicados, para que esteja plenamente envolvido nas discussões e atividades propostas.

Uma prática comum é a realização de seminários, nos quais os alunos são desafiados a apresentar suas pesquisas e resultados, estimulando o desenvolvimento de habilidades de exposição e argumentação. Adicionalmente, os trabalhos finais das disciplinas são frequentemente realizados através de pesquisas individuais, como a elaboração de artigos científicos, que contribuem para o aprofundamento dos temas estudados e o desenvolvimento das competências acadêmicas e profissionais dos discentes. Essas metodologias de avaliação visam não apenas mensurar o conhecimento adquirido, mas também incentivar a autonomia intelectual e a capacidade de aplicação dos conceitos teóricos em problemas reais da área de atuação do aluno.

A avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* é projetada para engajar o aluno em uma aprendizagem reflexiva e prática. Compreende provas escritas centradas na resolução de casos, avaliação individual da participação em seminários e análise de fichamentos de textos da bibliografia do curso. Esta abordagem busca não apenas mensurar conhecimento teórico, mas também incentivar sua aplicação em cenários reais.

As avaliações no Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Internacional compreendem três principais componentes: (i) provas escritas, geralmente focadas na resolução de casos práticos; (ii) avaliação individual da participação em atividades de seminário; e (iii) avaliação de fichamentos dos textos selecionados da bibliografia do curso. Essa divisão visa estimular os alunos a se dedicarem ao aprendizado individual, incentivando a leitura prévia dos textos indicados na bibliografia. Além disso, busca-se fomentar a participação ativa dos estudantes durante as aulas, encorajando questionamentos e contribuições embasadas em suas opiniões e experiências práticas. Por fim, o objetivo é avaliar a habilidade técnica dos alunos na resolução de problemas práticos relacionados à vida profissional.

No Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Brasileiro, o processo de avaliação é estruturado de acordo com os seguintes critérios: a) participação em discussões em grupos sobre questões práticas e atividades de simulação realizadas em cada aula prática; b) desempenho no exercício dos papéis de julgadores, advogados de contribuintes e procuradores públicos durante as disputas travadas nas aulas práticas; e c) avaliação final do módulo, que pode ser uma prova escrita (resolução de um caso prático) ou um trabalho acadêmico que relacione o conteúdo do módulo específico com o módulo de Metodologia do Trabalho Científico.

Portanto, a avaliação final de alguns módulos consiste na escolha de um tema daquele módulo como objeto de um exercício metodológico, como a elaboração de um projeto de pesquisa ou um resumo expandido. Essa abordagem visa garantir uma avaliação abrangente dos conhecimentos adquiridos pelos alunos, bem como incentivar o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e análise crítica em relação aos temas abordados.

3.4. Atividade Prática Profissional

O IBDT reconhece a importância fundamental da atividade prática profissional na formação de profissionais capacitados e preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. Pela natureza de seus cursos voltada para a pós-graduação, há o compromisso em proporcionar experiências práticas significativas que estejam diretamente relacionadas com as abordagens

temáticas e demandas do ambiente profissional.

Os programas de ensino, pesquisa e extensão são cuidadosamente estruturados para abordar questões práticas e complexas do direito tributário, refletindo a dinâmica do cenário jurídico atual. Os docentes, atores protagonistas do mercado, compartilham suas vastas experiências e conhecimentos, proporcionando aos alunos insights valiosos e contextos reais. Além disso, a participação ativa em discussões, simulações de casos e atividades práticas em sala de aula promovem a análise crítica e a aplicação dos conceitos teóricos em situações concretas.

Através da extensa rede de contatos e parcerias com profissionais do direito tributário, órgãos públicos e entidades privadas, o IBDT fomenta oportunidades de envolvimento dos alunos em eventos, palestras, seminários e conferências que abordam temas de alta relevância e impacto para a prática profissional. Além disso, a colaboração estreita com associações e instituições do setor amplia as possibilidades de participação em atividades que visam o aprimoramento técnico, troca de conhecimentos e networking.

O IBDT acredita que o engajamento em atividades práticas, embasadas em sólidos fundamentos teóricos, contribui para a formação de profissionais completos e preparados para enfrentar os desafios complexos do campo tributário, promovendo, assim, um impacto positivo tanto em suas carreiras quanto na sociedade como um todo.

O destaque especial do compromisso institucional com a atividade prática profissional encontra-se na própria oferta do Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional. Este programa, concebido sob medida para profissionais em atividade, oferece um ambiente acadêmico altamente relevante e desafiador, no qual os alunos são incentivados a investigar questões práticas e desafios reais enfrentados em suas atividades profissionais. Por meio de pesquisas orientadas, os participantes do programa exploram soluções inovadoras e práticas para os problemas complexos do mundo tributário. Acredita-se que esse enfoque não só aprimora as habilidades e conhecimentos dos profissionais, mas também contribui para a evolução e aperfeiçoamento do campo do direito tributário como um todo, ao trazer insights valiosos e aplicáveis diretamente das fronteiras da prática profissional.

3.5. Atividades Complementares

As atividades complementares constituem um elemento essencial no enriquecimento e aprofundamento do processo de formação oferecido pelo IBDT. Reconhecendo a importância da experiência além das salas de aula, as atividades extracurriculares são valorizadas como oportunidades valiosas para os alunos expandirem seus horizontes acadêmicos e profissionais.

A flexibilidade é um princípio norteador da política de ensino do IBDT, e isso se reflete nas atividades complementares. A gama de atividades consideradas como complementares é ampla, abrangendo desde participação em grupos de pesquisa dedicados à investigação em temas tributários atuais, até competições nacionais e internacionais que promovam o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais. No âmbito dos cursos de especialização, essas atividades podem se transformar em relatórios de pesquisa, os quais podem substituir os tradicionais Trabalhos de Conclusão de Curso, proporcionando uma abordagem mais prática e alinhada às demandas profissionais.

No Mestrado Profissional, o Instituto reconhece a importância do engajamento em grupos de pesquisa como o Núcleo de Pesquisas do Mestrado Profissional (NUPEM). Além de fornecer um ambiente intelectualmente estimulante, essas atividades podem ser creditadas como parte do programa, permitindo que os alunos acumulem créditos por sua participação ativa e contribuição para a pesquisa aplicada e a busca de soluções concretas para desafios tributários da atualidade.

Dessa forma, as atividades complementares representam uma extensão valiosa da experiência acadêmica oferecida pelo IBDT, permitindo que os alunos se envolvam em uma variedade de oportunidades que vão além da sala de aula, enriquecendo sua formação e preparando-os para se destacarem no cenário profissional e acadêmico do direito tributário.

3.6. Monitoria

A monitoria é um componente essencial do compromisso do IBDT com a excelência acadêmica e o aprimoramento contínuo de seus cursos de especialização e extensão. Com base nas diretrizes institucionais, o programa de monitoria oferece oportunidades para alunos comprometidos e talentosos se envolverem ativamente no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o fortalecimento do projeto pedagógico e do desenvolvimento institucional.

A monitoria no IBDT desempenha um papel crucial na busca pela qualidade acadêmica e no alcance dos objetivos de ensino. Além de proporcionar um ambiente enriquecedor para os alunos-monitores, ela também desempenha um papel fundamental na melhoria contínua dos cursos. Os monitores não apenas auxiliam os docentes responsáveis pelas disciplinas, mas também atuam em estreita colaboração com a Coordenação dos Cursos, agindo como ponte entre os alunos e a equipe acadêmica.

O programa de monitoria da pós-graduação *lato sensu* não apenas se concentra no

aprimoramento dos cursos, mas também na formação integral dos monitores. Ao participar ativamente desse processo, os monitores têm a oportunidade de desenvolver habilidades de liderança, comunicação e gestão, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção de um ambiente de aprendizagem dinâmico e colaborativo.

Os monitores têm diversas responsabilidades que abrangem desde o apoio direto aos docentes responsáveis, auxiliando em atividades didáticas e práticas, até o suporte ao corpo discente, respondendo a dúvidas e fornecendo orientações. Além disso, desempenham um papel administrativo ao colaborar com a Coordenação de Curso e a Secretaria Acadêmica em tarefas de organização e planejamento, desempenhando um papel ativo na promoção de um ambiente acadêmico estimulante e no suporte aos colegas alunos.

Dessa forma, a monitoria no IBDT se estabelece como um elo vital entre discentes, docentes e a administração, garantindo a sinergia e a eficácia das atividades educacionais. Através dessa colaboração, os cursos do IBDT se beneficiam do comprometimento e contribuições dos monitores, que têm a oportunidade de se desenvolver acadêmico e profissionalmente.

3.7. Inovações Pedagógicas Significativas

3.7.1. Flexibilidade dos Componentes Curriculares

A flexibilização curricular é uma abordagem fundamental adotada pelo IBDT para enriquecer e personalizar a experiência educacional dos alunos, proporcionando maior adaptabilidade aos diferentes perfis e necessidades. Reconhecendo a diversidade de interesses e trajetórias de aprendizado, o IBDT busca constantemente promover a flexibilidade dentro das matrizes curriculares de cada curso, a fim de atender às demandas emergentes do mundo contemporâneo e do mercado profissional.

Nesse contexto, a flexibilização curricular no IBDT permite ao aluno escolher entre uma variedade de disciplinas eletivas, módulos temáticos ou atividades complementares que melhor se alinhem aos seus objetivos acadêmicos e profissionais. Essa abordagem também incentiva a exploração interdisciplinar e a aquisição de habilidades diversas, enriquecendo o repertório do aluno e ampliando suas perspectivas de atuação.

Além disso, a flexibilização curricular também está presente nas atividades complementares oferecidas, que podem incluir participação em grupos de pesquisa, competições nacionais e internacionais, entre outras oportunidades. Essas atividades não apenas enriquecem a formação

do aluno, mas também contribuem para o desenvolvimento de habilidades práticas e para a aplicação do conhecimento em contextos do mundo real.

É importante destacar que a flexibilização curricular é guiada por um equilíbrio cuidadoso entre a diversidade de escolhas e a garantia da qualidade educacional. A Coordenação e os docentes trabalham em conjunto para oferecer opções que sejam relevantes, desafiadoras e alinhadas aos objetivos institucionais. A flexibilização curricular, portanto, não compromete a coesão e a excelência dos cursos, mas sim assegura que a formação seja adaptada às necessidades individuais e às exigências do cenário profissional.

Por meio da flexibilização curricular, o IBDT reafirma seu compromisso em proporcionar uma educação de alta qualidade que seja ao mesmo tempo acessível e personalizada. A busca pela inovação e pela adaptação constante reflete a visão institucional de estar na vanguarda da educação jurídica, preparando profissionais capacitados e versáteis para os desafios dinâmicos do campo do direito tributário.

3.7.2. Aproveitamento de estudos/redução do curso

O IBDT reconhece a importância de proporcionar oportunidades flexíveis e diferenciadas para a integralização de seus cursos, permitindo uma trajetória acadêmica que atenda às suas necessidades individuais e objetivos profissionais.

No Mestrado Profissional, os alunos têm a vantagem de escolher entre duas linhas de pesquisa, "Direito Tributário Internacional" e "Direito Tributário Comparado", o que proporciona uma formação mais alinhada com seus interesses e metas profissionais. Isso se reflete nas disciplinas obrigatórias, que são customizadas de acordo com a linha de pesquisa escolhida, permitindo uma abordagem mais aprofundada e especializada nos respectivos temas.

Além disso, no Mestrado Profissional, cerca de 42% dos créditos da grade curricular são destinados a disciplinas eletivas ou atividades extracurriculares que atribuem créditos. Isso oferece aos alunos a flexibilidade de selecionar atividades que se alinhem aos seus interesses, ampliando ainda mais as possibilidades de aprendizado e formação.

No contexto dos cursos de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Brasileiro (EDTB) e Especialização em Direito Tributário Internacional (EDTI), o IBDT reconhece a importância de experiências práticas e enriquecedoras para a formação dos alunos. Por isso, a Instituição oferece a possibilidade de substituição do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por atividades de pesquisa ou pelo projeto apresentado em competições

internacionais. Os alunos que optarem por essa alternativa devem apresentar um relatório detalhado das atividades realizadas, demonstrando o desenvolvimento de habilidades práticas e conhecimentos relevantes na área.

3.7.3. Aprendizagem Baseada em Problemas

A estratégia pedagógica da aprendizagem baseada em problemas é utilizada em diferentes contextos de metodologias de ensino nos cursos do IBDT, como estudos de casos, simulações, seminários, resolução de problemas e atividades em grupo. Cabe atribuir ênfase especial no contexto do Mestrado Profissional, que se concentra no envolvimento ativo dos estudantes na busca por soluções para desafios práticos e reais dentro do campo do Direito Tributário.

O programa do Mestrado Profissional é projetado para profissionais que desejam aprimorar seus conhecimentos e habilidades para abordar questões complexas em sua área de atuação. Os alunos desse programa são incentivados a conduzir pesquisas que estejam diretamente relacionadas a problemas concretos que surgem no mundo jurídico e tributário, contribuindo assim para a evolução e inovação nessa área.

A aprendizagem baseada em problemas no Mestrado Profissional ocorre por meio da realização de projetos de pesquisa que buscam enfrentar desafios reais que os profissionais encontram em seu dia a dia. Os estudantes são guiados para identificar, analisar e propor soluções criativas e bem fundamentadas para esses problemas, aplicando o conhecimento teórico de maneira prática e significativa.

A interação constante com professores, orientadores e colegas durante o desenvolvimento desses projetos cria um ambiente de aprendizado colaborativo e troca de experiências, enriquecendo ainda mais a formação dos profissionais-alunos. O resultado desse processo é a produção de trabalhos de conclusão que não apenas demonstram domínio conceitual e técnico, mas também oferecem contribuições relevantes e práticas para a resolução de desafios reais no campo do Direito Tributário.

Assim, a aprendizagem baseada em problemas reforça a visão do Mestrado Profissional como um espaço de formação avançada que vai além da sala de aula tradicional, capacitando os alunos a se tornarem agentes de transformação em suas respectivas áreas de atuação. Por meio da aplicação prática do conhecimento e da resolução de problemas concretos, os profissionais formados pelo IBDT estão preparados para enfrentar com sucesso os desafios dinâmicos e complexos do mundo jurídico e tributário contemporâneo.

3.7.4. Metodologias Ativas de Ensino e Aprendizagem

O IBDT se pauta por sólidos marcos e princípios pedagógicos, de forma a fundamentar suas práticas acadêmicas e o projeto pedagógico dos cursos. O ensino participativo é um dos pilares fundamentais, buscando engajar ativamente os estudantes em sua própria jornada de aprendizado. Essa abordagem é enriquecida por uma variedade de metodologias inovadoras, como o método socrático, estudo de casos, simulações, seminários, resolução de problemas e atividades em grupo, que fomentam o desenvolvimento do pensamento crítico e a aplicação prática do conhecimento.

O protagonismo discente é um elemento central em nossa abordagem educacional. Reconhecemos a importância de os alunos assumirem um papel ativo na construção do conhecimento, estimulando a curiosidade, a autonomia e a capacidade de resolução de problemas. O aluno é desafiado a resolver situações reais, tomar decisões embasadas e colaborar com colegas para encontrar soluções criativas.

Ao adotar metodologias ativas, o IBDT busca não apenas transmitir informações, mas também desenvolver habilidades essenciais para a atuação profissional. O aluno é incentivado a aprimorar competências como pensamento crítico, resolução de problemas, comunicação eficaz, trabalho em equipe e busca por informações relevantes. Essas habilidades são fundamentais para que os profissionais formados estejam preparados para enfrentar os desafios complexos do campo do Direito Tributário.

A Instituição busca criar ambientes de aprendizagem dinâmicos, nos quais o aluno é convidado a explorar, questionar, debater e construir conhecimento de forma colaborativa. A interação entre docentes e discentes é enriquecida, estimulando discussões significativas e troca de perspectivas. Além disso, o uso de tecnologias educacionais, quando aplicável, amplia as possibilidades de engajamento e interatividade.

A integração dos diferentes cursos e a integração multidisciplinar enriquecem o ambiente acadêmico, promovendo a troca de ideias entre áreas distintas e a formação de profissionais com uma visão ampla e abrangente. A internacionalização é incentivada, refletindo a crescente importância da visão global no mundo jurídico e permitindo o preparo do aluno para desafios transnacionais.

O aprimoramento da formação docente também é uma prioridade, reconhecendo que a qualidade da educação está intrinsecamente ligada à capacitação dos professores. Os monitores, nesse contexto, desempenham um papel relevante ao colaborar com sugestões de técnicas de

ensino participativo e na seleção de materiais bibliográficos, enriquecendo ainda mais o repertório acadêmico e docente dos cursos do IBDT.

3.7.5. Aproveitamento de Estudos

O IBDT adota políticas específicas relacionadas ao aproveitamento de estudos e reingresso, visando otimizar o percurso educacional dos discentes e oferecer oportunidades para retomar seus estudos em determinadas situações.

O IBDT reconhece a importância da integralidade da formação acadêmica em seus cursos e, portanto, não concede o aproveitamento de estudos de cursos realizados em outras Instituições de Ensino Superior (IES). Isso é parte integrante da abordagem pedagógica da instituição, que valoriza a construção do conhecimento em consonância com os objetivos e metodologias específicas de seus programas.

No entanto, o IBDT oferece ao aluno oportunidade de reingresso em seus cursos, desde que atendidos determinados critérios. O Instituto permite o aproveitamento dos créditos já concluídos em disciplinas, reconhecendo o esforço e o progresso acadêmico prévio.

Essa política de reingresso com aproveitamento de créditos busca proporcionar uma segunda chance aos alunos que enfrentaram circunstâncias que os levaram ao desligamento temporário. Ela reflete o compromisso do IBDT em apoiar o desenvolvimento educacional contínuo de seus alunos, incentivando a retomada dos estudos e a conclusão de seus cursos.

O processo de reingresso e aproveitamento de créditos é conduzido de acordo com as normas e regulamentos institucionais, com o intuito de assegurar a transparência, a equidade e a justiça no tratamento de cada caso.

3.8. Avanços Tecnológicos

O IBDT está comprometido em incorporar estrategicamente as mais recentes inovações tecnológicas em suas práticas pedagógicas. Compreende que a tecnologia desempenha um papel fundamental na ampliação do acesso ao conhecimento, na melhoria da experiência de aprendizagem e na promoção de abordagens educacionais mais flexíveis e dinâmicas.

As instalações físicas do IBDT, projetada com modernidade e funcionalidade, reflete o compromisso com os avanços tecnológicos na educação. As salas de aula estão equipadas com recursos tecnológicos de ponta, incluindo quadros brancos interativos e lousas digitais, permitindo a integração eficaz de conteúdo multimídia e a participação ativa dos alunos. O

auditório, com capacidade para 90 pessoas, dispõe de poltronas com apoio tipo universitário, sistema áudio, controle de câmera, mesa de som, microfones e demais equipamentos acessórios para conferência.

Além disso, estão implementados recursos de tecnologia da informação para enriquecer a experiência de aprendizagem, como acesso à internet de alta velocidade, sistemas de projeção avançados e infraestrutura de áudio.

O IBDT tem investido na incorporação de plataformas digitais de apoio. O sistema de gestão acadêmica implementado proporciona mecanismos de otimização e a administração dos cursos, possibilitando a gestão integrada de matrículas, avaliações e acompanhamento do progresso acadêmico. Há um portal do aluno e do professor, oferecendo acesso a informações importantes, recursos de ensino, materiais didáticos e ferramentas de comunicação em um ambiente virtual colaborativo.

Para garantir a atualização constante e a disseminação eficiente de informações, o site institucional passou por atualizações significativas, oferecendo uma interface intuitiva e de fácil navegação.

A biblioteca dispõe de um sistema gestão e organização do acervo, permitindo aos alunos acesso online ao acervo de materiais acadêmicos, artigos, livros e periódicos.

3.8.1. Informações Acadêmicas

O IBDT possui Software de Gestão Acadêmica vinculado Qualinfo, que integra os setores financeiros, acadêmicos, coordenação e docentes. Este possui interface de gestão interativa, permitindo acesso a portais de alunos e docente, tanto pelo site do Instituto quanto por smartphones, oferecendo ferramentas de comunicação que permitem interações diretas facilitando o esclarecimento de dúvidas e troca de informações.

Portal do Aluno: ambiente virtual que permite interação entre alunos e Secretaria. A plataforma permite visualizar planos de ensino, programa do curso, temas das aulas e seus respectivos horários e docentes. Possibilita o aluno acompanhar o registro de notas e faltas, além de materiais didáticos disponibilizados pelos docentes. Através da Secretaria digital, o aluno consegue solicitar documentos acadêmicos: histórico escolar, declaração, certificado, diploma. Estando também disponível requerimentos de revisão de notas e faltas; entrega de trabalho de conclusão de curso; solicitação de exame de Qualificação e banca de Defesa. Quanto a situação financeira, o aluno tem acesso a acompanhamento de pagamento; geração de boletos; informe de rendimentos. A interação entre as áreas facilita o acesso, tornando os

processos mais ágeis, assim atendendo a legislação vigente.

Portal do Docente: ambiente virtual onde docentes têm acesso a informações acadêmicas essenciais, além de permitir a estes, inclusão do programa de aula, planos de ensino, resultados de avaliação (notas) e frequência. Além disso, o portal oferece ferramentas de comunicação que permitem interações diretas entre alunos e professores, facilitando o esclarecimento de dúvidas e a troca de informações.

Registros Acadêmicos: em conformidade com a legislação educacional e visando à modernização dos processos acadêmicos, os registros acadêmicos dos alunos estão devidamente digitalizados. Por meio dessa plataforma, os alunos podem visualizar seus horários de aula, histórico acadêmico, materiais didáticos, notas e comunicados importantes. Essa iniciativa visa a facilitar o acesso dos alunos às informações relevantes de sua trajetória acadêmica, proporcionando maior praticidade e agilidade na consulta de documentos como histórico escolar, planos de estudo e registros de avaliação. Esses registros estão disponíveis de forma segura e acessível no Portal do Aluno.

Calendário Acadêmico: documento referência para todos os membros da comunidade acadêmica, onde estão listadas as datas de início e término de cada período letivo, períodos de avaliação, recesso e outras informações relevantes. O calendário acadêmico é disponibilizado no site do IBDT em cada curso, permitindo que os alunos planejem seus estudos e demais compromissos de acordo com as atividades acadêmicas.

Secretaria Acadêmica: órgão responsável para fornecer informações e promover atendimento personalizado aos alunos, auxiliando em questões relacionadas a matrículas, processos de avaliação, documentos acadêmicos, entre outros. A equipe da secretaria está comprometida em oferecer suporte eficaz e orientações para garantir a melhor experiência possível aos alunos.

Comunicações Institucionais: o IBDT mantém uma comunicação ativa com os alunos por meio de comunicados oficiais enviados por e-mail ou por meio do Portal do Aluno. Essas comunicações são fundamentais para informações sobre eventos, prazos, atualizações curriculares, oportunidades de pesquisa, participação em projetos e outras atividades relevantes.

Transparência Acadêmica: Acreditamos que a transparência é um pilar fundamental na relação entre a instituição e seus alunos. Assim, são disponibilizadas informações sobre os programas de ensino, planos de estudo, regulamentos acadêmicos e critérios de avaliação. Essa transparência visa proporcionar aos alunos uma compreensão completa das expectativas e requisitos dos cursos.

4. CORPO DOCENTE

O corpo docente do IBDT é composto por profissionais que compartilham dos princípios e metodologias que norteiam nossa instituição, garantindo a coesão entre nossa visão educacional e a prática em sala de aula. A participação de docentes de diferentes origens, experiências e áreas de atuação contribui para enriquecer o ambiente de aprendizado e proporcionar uma formação abrangente e plural ao alunado.

Cada modalidade de curso possui um perfil de corpo docente específico, cuidadosamente selecionado de acordo com os objetivos e necessidades de cada programa.

Extensão e Atualização: a escolha do corpo docente é pautada por critérios que valorizam a atuação no mercado jurídico, tanto em âmbito profissional quanto acadêmico. Profissionais com experiência como advogados privados ou públicos, juízes, agentes fiscais e professores dedicados, bem como especialistas de áreas afins, como contadores e economistas, são convidados a compartilhar seus conhecimentos e experiências. A coordenação dos cursos assume a responsabilidade pela definição dos professores, embasada em critérios de relevância e competência.

Pós-graduação *Lato Sensu*: a seleção de professores é conduzida com base em critérios que abrangem titulação acadêmica, produção científica relevante e experiência prática nas áreas específicas das disciplinas. Valorizamos a atuação de profissionais que possuam expertise nas interfaces entre teoria e prática, contribuindo para uma formação sólida e aplicada.

Pós-graduação *Stricto Sensu*: todos portadores de titulação em pós-graduação *stricto sensu*, em nível doutorado na área do Direito, com produção intelectual e qualidades pedagógicas. O IBDT valoriza a inclusão de profissionais com vasta experiência jurídica não acadêmica, impulsionando a relação com o mercado de trabalho e enriquecendo o ambiente de aprendizagem.

Em termos gerais, a seleção e contratação de docentes consideram diversos requisitos, como formação, produção intelectual bibliográfica e técnica, titulação acadêmica, internacionalização, bem como as experiências acadêmicas e profissionais prévias. Além disso, há uma preocupação constante com o alinhamento dos princípios pedagógicos e metodológicos do corpo docente com a abordagem educacional do IBDT.

O corpo docente do Programa de Pós-graduação *stricto sensu*, Mestrado Profissional constituído pelas seguintes categorias:

- I. Docente Permanente, constituindo o núcleo principal de docentes do programa;
- II. Docente Colaborador;
- III. Docente Externo e Pesquisador

Integram a categoria de **docentes permanentes** aqueles(as) enquadrados(as) e declarados(as) anualmente pelo programa na plataforma Sucupira, que atendam os pré-requisitos da Resolução que dispõe sobre normas para credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Docentes no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado.

Integram a categoria de **docentes colaboradores(as)** e os demais membros do programa, que não atendam aos requisitos dos professores permanentes, mas que participem sistematicamente do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes vinculados ao programa.

Docentes vinculados(as) a outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, que possam contribuir para o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional do IBDT ou aumentar a internacionalização das atividades de ensino e pesquisa, poderão participar na condição de Docente Externo ou Pesquisador, mediante a aprovação da Coordenação Acadêmica e da Pró-Reitoria de Pós-graduação.

Os Docentes Permanentes e Colaboradores são avaliados anualmente, conforme processo organizado e conduzido pela Coordenação Acadêmica, com base em critérios divulgados antecipadamente, em ato próprio.

A cada dois anos, a Coordenação Acadêmica organiza o processo de recredenciamento do corpo docente permanente e colaborador vinculado ao programa, utilizando as avaliações docentes anuais como parâmetro no processo de recredenciamento.

Os critérios de avaliação para promoção e reconhecimento do corpo docente são definidos em conformidade com as normas e regulamentos internos do IBDT, bem como com as diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores de ensino. Além disso, a avaliação leva em consideração a aderência dos docentes aos princípios pedagógicos, metodologias de ensino e valores institucionais.

As responsabilidades do corpo docente do Mestrado Profissional são delineadas por critérios

específicos, que incluem:

- I.** Atender aos critérios de produção bibliográfica do programa, conforme estabelecido na avaliação docente realizada anualmente, que inclui requisitos de produção acadêmica e publicações;
- II.** Cumprir os critérios de produção técnica do programa;
- III.** Orientar pesquisas acadêmicas alinhadas ao modelo de pesquisa do programa e que atendam aos seus critérios;
- IV.** Contribuir para a produção discente, especialmente para publicações baseadas nos trabalhos de conclusão do programa;
- V.** Ministrar disciplinas utilizando as metodologias de ensino do programa e atendendo aos padrões de avaliação institucional;
- VI.** Participar de atividades extracurriculares no âmbito do programa;
- VII.** Atender aos prazos estabelecidos pela Coordenação acadêmica e praticados pela estrutura administrativa do programa;
- VIII.** Fornecer as informações exigidas pelo programa nos prazos definidos pela Coordenação acadêmica e pela estrutura administrativa do programa;
- IX.** Atuar com responsividade, presteza e diligência em relação às demandas do programa.

O IBDT está comprometido em promover o desenvolvimento contínuo de seu corpo docente, incentivando a participação em eventos acadêmicos, grupos de pesquisa e projetos interdisciplinares.

O corpo docente é estimulado a participação em eventos acadêmicos e científicos relevantes, nacionais ou internacionais. A presença em conferências, simpósios e encontros da área propicia a troca de experiências, a interação com outros profissionais e a atualização sobre as pesquisas e debates em andamento.

O IBDT valoriza e incentiva a produção científica dos docentes, apoiando a publicação de artigos, livros, capítulos de livros e outros trabalhos acadêmicos. A Instituição oferece recursos para auxiliar na pesquisa, redação e publicação, bem como promove o reconhecimento interno e externo das contribuições dos docentes para a produção acadêmica.

Encorajamos a colaboração entre o corpo docente e profissionais de outras instituições de ensino, pesquisa e prática jurídica, tanto a nível nacional quanto internacional. A participação em redes de colaboração enriquece a experiência acadêmica e amplia os horizontes de pesquisa e ensino.

Através de resultados de avaliações docentes periódicas e feedbacks construtivos, identifica-se necessidades de capacitação e aperfeiçoamento, que orientam a implementação de programas de desenvolvimento profissional, mantendo o quadro docente atualizado, capacitado e engajado, garantindo uma educação de qualidade, baseada em conhecimento sólido e em constante evolução, e reforçando o compromisso com a excelência acadêmica e o desenvolvimento profissional dos docentes.

Regime de Trabalho

Para o programa de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado profissional, a relação empregatícia se estabelece por meio de contrato de trabalho em regime de dedicação integral. Os docentes são contratados no regime da CLT.

5. CORPO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO

O IBDT adota um modelo de seleção e contratação cuidadosamente estruturado para compor seu corpo técnico/administrativo. Essa abordagem visa assegurar que os profissionais contratados possuam o perfil adequado tanto em termos pessoais quanto profissionais, alinhando suas competências às necessidades específicas de cada área de atuação.

Como parte desse processo, a valorização do perfil pessoal e profissional dos candidatos é uma diretriz primordial. Isso significa que a seleção não se baseia apenas na experiência e formação, mas também na afinidade do candidato com a cultura organizacional e nos atributos comportamentais que favorecem o bom desempenho no ambiente de trabalho do IBDT.

O IBDT reconhece que sua equipe técnica/administrativa desempenha um papel crucial no suporte e funcionamento eficiente da Instituição, e, portanto, investe em um processo de seleção alinhado com seus valores, visando sempre à excelência e ao crescimento contínuo da organização.

Além disso, o Instituto dá prioridade aos funcionários que já fazem parte do quadro atual, reconhecendo e valorizando seu comprometimento e contribuição ao longo do tempo, a fim de proporcionar oportunidades de desenvolvimento interno.

O compromisso com a inclusão é um pilar fundamental na política de seleção e contratação do corpo técnico/administrativo do IBDT. Nesse sentido, a instituição busca promover um ambiente de trabalho acessível e acolhedor para todos os colaboradores.

A qualificação do corpo técnico-administrativo do IBDT é uma prioridade essencial para assegurar a excelência operacional e o alcance dos objetivos institucionais. Para tanto, são adotadas políticas que valorizam o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus funcionários, promovendo treinamentos, capacitações e oportunidades de aprimoramento contínuo. O IBDT reconhece a importância de contar com uma equipe qualificada e engajada, capaz de contribuir de maneira significativa para o crescimento e sucesso da Instituição, mantendo-se alinhado aos valores e à visão estratégica do IBDT.

O regime de trabalho no IBDT é estruturado com base em contratações formais de vínculo CLT.

6. CORPO DISCENTE

Formas de Acesso

O acesso aos cursos oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) é pautado por uma política de ingresso transparente e equitativa, respeitando as particularidades de cada modalidade de curso. Os processos seletivos são regulados em editais, que definem as formas de acesso e políticas de seleção para os diferentes tipos de cursos ministrados.

Cursos de Extensão:

Os cursos de Extensão são projetados para aprimorar o conhecimento em áreas específicas e estão disponíveis para uma ampla variedade de públicos. Os cursos estão abertos a:

- I. Portadores de diploma de curso superior;
- II. Estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação;

Pós-Graduação Lato Sensu:

O Curso de Pós-graduação *lato sensu*, Especialização em Direito Tributário Brasileiro tem como objetivo aprofundar os conhecimentos e a aptidão do curso de graduação para discutir e aplicar conceitos fundamentais a temas atuais da doutrina e da jurisprudência do Direito Tributário, mediante o estudo de técnicas, processos ou temáticas que atendam a demanda do mercado de trabalho.

O processo seletivo destina-se a candidato(a) brasileiro(a) ou estrangeiro(a), portador(a) de diploma de Graduação, com validade no Brasil.

São considerados(as) aprovados(as), para fins de classificação, os(as) candidatos(as) com avaliação satisfatória, observados os critérios de seleção publicados no edital.

O processo seletivo para os Cursos de Pós-graduação *Lato sensu*, Especialização em **Direito Tributário Brasileiro** e **Direito Tributário Internacional** é conduzido por uma Comissão, constituída de docentes do curso de pós-graduação *lato sensu* do IBDT, compreendendo as seguintes fases:

- I. **documentação:** análise do curriculum vitae e da carta de motivação dos(as) candidatos(as), submetidos no ato de inscrição. Essa fase conta com atribuição de uma nota global de 0 (zero) a 10 (dez).
- II. **entrevista:** avaliação oral da trajetória acadêmica e profissional, considerados os elementos: produção intelectual técnica e bibliográfica, cultura jurídica, proficiência no idioma inglês e potencial para a realização de pesquisa e estudos dos(as) candidatos(as). Essa fase conta com atribuição de uma nota global de 0 (zero) a 10 (dez).

Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Profissional:

O curso de Mestrado Profissional proporciona uma formação avançada e especializada na área do Direito Tributário.

Pode se inscrever para o processo seletivo candidato(a) brasileiro(a) e estrangeiros(a), portador(a) de diploma de Graduação em curso reconhecido pelo MEC, ou revalidado por Instituição de ensino universitária brasileira, de qualquer área do conhecimento.

O(A) candidato(a) deve possuir proficiência na língua inglesa. O(A) candidato(a) estrangeiro(a) também deve apresentar proficiência na língua portuguesa. A proficiência deverá ser comprovada, sendo aceitas as seguintes formas alternativas:

- I. apresentação de certidão de proficiência expedida por entidades certificadoras de notória idoneidade e qualificação técnica (por exemplo TOEFL e IELTS), realizado até dois anos antes da data de inscrição do processo seletivo;
- II. avaliação de conhecimento do candidato pela Comissão de Seleção nas etapas de entrevista e prova dissertativa.

O exame de seleção para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Profissional será conduzido por uma comissão de docentes do programa e constará das seguintes fases:

- I. **análise documental:** composta pela análise e avaliação dos documentos relativos ao *currículum vitae* e formulário de inscrição, submetidos no ato de inscrição. Essa fase

conta com atribuição de uma nota global de 0 (zero) a 10 (dez).

- II. **entrevista:** avaliação oral da trajetória acadêmica e profissional, observados elementos como produção intelectual técnica e bibliográfica, cultura jurídica, proficiência no idioma inglês e potencial para a realização de pesquisa e estudos avançados do(a) candidato(a). Essa fase conta com atribuição de uma nota global de 0 (zero) a 10 (dez).
- III. **prova dissertativa:** avaliação sobre Direito Tributário Internacional e Comparado, com atribuição de nota de 0 (zero) a 10 (dez). A prova dissertativa consiste na solução de um caso prático, versando sobre tema de Direito Tributário Internacional ou Comparado.

A nota final do(a) candidato(a) (1 a 10) é obtida mediante a média aritmética das notas atribuídas em cada fase (1 a 10), sendo reprovado o(a) candidato(a) que não obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Alunos Especiais

O(A) candidato(a) que pretende a vinculação na condição de Aluno(a) Especial deve efetuar sua inscrição, observando as mesmas condições estabelecidas no presente edital para o Aluno Regular.

O(A) candidato(a) deverá indicar no formulário de inscrição a pretensão para Aluno Especial e a disciplina que pretende cursar no Programa.

Ao(À) Aluno(a) Especial que atender às condições definidas de avaliação e frequência no regulamento do programa de pós-graduação *stricto sensu*, será expedida declaração de conclusão da disciplina, na qual constará a condição de aluno especial, a carga horária da disciplina, resultado de avaliação e frequência.

O(a) aluno(a) especial se submete ao regulamento do programa e deve observar os mesmos deveres acadêmicos, administrativos e financeiros do discente regular, quando aplicáveis, observadas as adaptações necessárias.

Cursos de Atualização

O Curso de Introdução e Atualização em Direito Tributário tem como objetivo apresentar, aprofundar e solidificar os conhecimentos e as bases teóricas fundamentais do Direito Tributário, e é voltado para graduandos e graduados com interesse no estudo de técnicas e processos relacionados a temáticas tributárias que beneficiam a atuação prática e o atendimento

a demanda do mercado de trabalho.

O curso de Introdução e Atualização em Direito Tributário destina-se a candidato(a) portador(a) de diploma de Graduação ou matriculado em curso de Graduação, devidamente credenciado nos termos da legislação. Pode se inscrever para o curso de Introdução e Atualização em Direito Tributário candidato(a) portador de diploma emitido por Instituição de Ensino estrangeira. É admitido candidato(a) portador de certificado de conclusão de Ensino Médio ou equivalente.

Programa de Apoio Financeiro

O IBDT oferece diferentes iniciativas financeiras para facilitar o acesso aos cursos e promover a qualificação acadêmica:

- I. Descontos por Tempo de Associação:** Os associados do IBDT que se mantêm adimplentes com suas anuidades podem usufruir de descontos progressivos com 'base no tempo de associação. Esses descontos variam de 30% para até um ano de associação, 40% para até dois anos e 50% para três anos ou mais.
- II. Bolsas de Estudos para Monitores de Cursos:** O IBDT oferece bolsas de estudos integrais para alunos que atuam como monitores em cursos específicos, cuja seleção ocorre por normas definidas em edital próprio. Essa iniciativa incentiva a participação ativa dos alunos na promoção de um ambiente de aprendizado colaborativo.
- III. Bolsas para Procuradores e Auditores Fiscais:** O Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado do IBDT oferece bolsas parciais (50%) para aluno procurador e auditor fiscal da União, Estados e Municípios. Essas bolsas visam enriquecer o aprendizado por meio da participação de profissionais do setor público.
- IV. Bolsas de Estudos para destaques em Cursos de Especialização:** O curso de Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Comparado concede bolsas de estudos com desconto de 85% do valor integral do curso para aluno concluinte dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IBDT, cuja seleção se dá pelo resultado da média na turma e nota do trabalho de conclusão de curso.

Representação Discente

O IBDT valoriza a participação ativa e a voz dos seus discentes, reconhecendo a importância da representatividade discente para uma comunidade acadêmica saudável e dinâmica.

A representação discente no IBDT é concretizada por meio de diferentes instâncias e canais de comunicação que possibilitam a expressão das opiniões, sugestões e demandas dos discentes.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se:

- I. Fóruns de Discussão e Feedback:** Plataformas virtuais são disponibilizadas para que os discentes possam compartilhar ideias, discutir temas relevantes e dar feedback sobre

os cursos e atividades. Esses fóruns são uma maneira de estimular a interação entre os estudantes e de possibilitar a construção coletiva de soluções e aprimoramentos.

- II. Encontros e Reuniões:** são promovidos encontros regulares com a participação discente, como assembleias e reuniões, para discutir assuntos de interesse geral, apresentar projetos e ouvir as demandas da comunidade estudantil. Esses momentos são essenciais para manter uma comunicação direta e transparente.
- III. Participação em Comitês e Grupos de Trabalho:** discentes interessados podem ser convidados a participar de comitês e grupos de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e iniciativas específicas, como a revisão de currículos, a organização de eventos e a avaliação de políticas acadêmicas.
- IV. Atividade de Monitoria:** os monitores do IBDT devem ser interlocutores que representam os interesses do corpo discente e contribuem no aprimoramento dos cursos e no atendimento de demandas da comunidade do IBDT.

Acompanhamento dos Egressos

Constitui uma preocupação permanente o acompanhamento dos egressos, inclusive buscando construir espaços de diálogos e interação constante. O objetivo do acompanhamento de egressos é mensurar o impacto do Mestrado Profissional nas carreiras dos profissionais que foram seus alunos.

Algumas medidas que podem ser verificadas:

- (i) incentivo para a participação em eventos oficiais do IBDT (a exemplo da possibilidade de participação dos alunos como mediadores do Congresso de Direito Tributário Internacional, como já mencionamos acima);
- (ii) obtenção de informações de produções intelectuais via acompanhamento da secretaria acadêmica dos cursos; e
- (iii) abertura de espaço para realização de monitorias, preparações para competições internacionais, participações em seminários, e assistência à atividade docente (em alguns casos, os alunos são encorajados a auxiliar professores de disciplinas já cursadas na organização da disciplina para novas turmas, o que envolve diversas atividades tais como entrar em contato com docentes estrangeiros).

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional do IBDT é regida por um conjunto de órgãos deliberativos e executivos que trabalham em conjunto para garantir o funcionamento eficiente, a qualidade acadêmica e a gestão transparente da instituição. Esses órgãos estão estabelecidos conforme as disposições do Regimento e regem suas ações conforme os princípios da participação,

transparência e eficácia.

Conselho Superior: órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, responsável por definir diretrizes institucionais, normas e políticas gerais, constituído por representantes dos segmentos docente, discente, mantenedora e comunidade.

Diretoria: órgão executivo superior de administração, coordenação e fiscalização das atividades, exercida por um(a) Diretor(a), escolhido(a) pela Diretoria da Mantenedora.

Pró-Reitoria: órgão de coordenação e supervisão no âmbito do(s) curso(s) de pós-graduação *stricto sensu*, exercida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, designado pelo(a) Diretor(a) do IBDT-IES, homologado pela Mantenedora.

Conselho de Pós-Graduação *stricto sensu*: Este conselho, de caráter deliberativo e consultivo, desempenha um papel fundamental na definição de políticas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Sua atuação visa a promoção da qualidade acadêmica e a constante melhoria dos cursos.

Conselho de Pós-Graduação *lato sensu*: Este conselho, de caráter deliberativo e consultivo, responsável por questões de relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão, o desenvolvimento do projeto pedagógico e a avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Coordenadoria Acadêmica de Curso: cada curso conta com uma Coordenadoria, que é responsável por gerir a parte acadêmica e administrativa do curso. O Coordenador é designado pelo(a) Diretor(a) do IBDT-IES e trabalha em conjunto com a equipe docente para garantir a eficiência do curso.

Comitê Acadêmico: cada curso possui um Comitê Acadêmico, composto pela Coordenação do Curso, representantes do corpo docente e docentes convidados. Esse comitê atua como assessor em questões relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e avaliação interna e externa.

Comissões de Seleção e Avaliação: são constituídas para conduzir processos seletivos e avaliar candidaturas para cursos e programas, garantindo a imparcialidade, a transparência e a qualidade nas seleções.

A estrutura organizacional do IBDT é fundamentada em princípios de participação, eficiência e qualidade acadêmica. Por meio da atuação conjunta dessas instâncias de decisão, o IBDT busca constantemente o aprimoramento de suas atividades, o desenvolvimento de seus cursos e a excelência na formação acadêmica.

A composição e competências de cada um dos órgãos que integram a estrutura organizacional estão definidas no Regimento do IBDT.

Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

- I. **Gerência Administrativa:** desempenha um papel fundamental na gestão eficiente de todos os órgãos administrativos e colaboradores do IBDT. É responsável por coordenar as atividades administrativas, garantindo que os processos internos estejam alinhados com os objetivos estratégicos da instituição. A Gerência Administrativa também é responsável pela gestão de recursos humanos, gestão financeira e demais aspectos operacionais.
- II. **Supervisor de Ensino:** O Supervisor de Ensino exerce uma função de grande importância no IBDT. Ele trabalha de forma próxima com os cursos oferecidos, fornecendo assessoria técnica e acadêmica. Além disso, o Supervisor de Ensino também lida com os aspectos regulatórios educacionais, garantindo que as atividades acadêmicas estejam em conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pelas autoridades educacionais.
- III. **Secretaria Acadêmica:** é responsável por prestar assessoria técnica à Diretoria. É um órgão crucial na gestão dos registros acadêmicos, emissão de documentos, acompanhamento das atividades acadêmicas e suporte administrativo aos discentes e docentes. É liderada por um(a) profissional qualificado(a) para o cargo de Secretário(a) Acadêmico(a), designado(a) pelo Diretor(a).
- IV. **Biblioteca:** é dirigida por um profissional com formação específica em biblioteconomia e registro profissional. Sua função é gerir o acervo bibliográfico, promover o acesso a recursos de pesquisa, auxiliar na busca de informações acadêmicas e oferecer suporte técnico para questões relacionadas a materiais de referência e consulta.
- V. **Ouvidoria:** canal de comunicação que tem como objetivo oferecer suporte pedagógico e administrativo aos diversos públicos da instituição, como discentes, docentes, egressos, técnicos administrativos e a comunidade externa. A Ouvidoria lida com questões didáticas, metodológicas, infraestruturais e administrativas, além de outras ações não especificadas, visando aprimorar a experiência de todos os envolvidos com o IBDT.

Autonomia da IES em relação à Mantenedora

O IBDT IES é regido por uma estrutura normativa que inclui a legislação federal, o Regimento e demais regulamentos, o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico de Cursos e o Estatuto Social da Mantenedora. Esses documentos delineiam as diretrizes que norteiam o funcionamento da instituição, estabelecendo os propósitos educacionais, a organização curricular, a gestão administrativa e outras questões essenciais.

A Instituição, enquanto parte integrante do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), mantém sua autonomia em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Mantenedora. A relação entre a Instituição e a Mantenedora é baseada na colaboração mútua para o alcance dos objetivos educacionais e no cumprimento das responsabilidades legais e regulamentares. Essa

estrutura garante que a Instituição opere em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos, ao mesmo tempo em que exerce sua autonomia na busca pela qualidade acadêmica e no desenvolvimento de suas atividades educacionais, de pesquisa e extensão.

Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

O IBDT, além de cumprir com sua missão de educação, pesquisa e extensão área do direito tributário, também cultiva relações e parcerias sólidas com instituições, empresas e organizações, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Essas colaborações visam enriquecer a experiência acadêmica, promover a troca de conhecimentos e fomentar o desenvolvimento do direito tributário.

Convênios e Parcerias Nacionais:

O IBDT mantém convênios e parcerias com institutos, entidades e organizações que compartilham interesses em estudos tributários, debates, eventos educacionais e publicações acadêmicas. Essas colaborações se materializam em cursos, congressos, debates, trabalhos conjuntos e outras atividades que contribuem para o desenvolvimento do campo tributário no país. Dentre essas parcerias destacam-se: o Instituto Cearense de Estudos Tributários (ICET), o Instituto de Estudos Tributários (IET), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e a Associação dos Conselheiros do CARF (ACONCARF).

Cooperação Internacional:

O IBDT também estabelece parcerias no cenário internacional. Com o International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD), sediado em Amsterdam, Holanda, o IBDT mantém um acordo de cooperação acadêmica que abrange o compartilhamento de acórdãos de tribunais brasileiros sobre tributação internacional e a colaboração de professores do IBFD em cursos de especialização oferecidos pelo IBDT.

Outra parceria relevante é com o Observatório Iberoamericano de Tributação Internacional (OITI), instituição que promove a análise de questões relacionadas à fiscalidade internacional. Fundado em 2010, o OITI conta com o IBDT como um dos membros co-fundadores. O IBDT também participa de projetos de pesquisa, tradução, publicações e eventos em conjunto com o IBFD e o OITI.

Parcerias com Empresas, Escritórios, Órgãos Públicos e Outros Atores:

O IBDT estabelece parcerias estratégicas com empresas, escritórios, consultorias, órgãos

públicos e outros atores relevantes no âmbito tributário. Isso inclui a realização de cursos com a participação de servidor da receita federal, patrocínios de eventos e congressos por escritórios de advocacia, participação em projetos de pesquisa conjunta e outras colaborações que buscam aprimorar o entendimento e a prática do Direito Tributário.

As relações e parcerias do IBDT com a comunidade, instituições e empresas refletem o compromisso da instituição em promover o diálogo, o conhecimento e o avanço no campo do direito tributário, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e aprofundada desse campo vital para a sociedade e a economia.

8. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Localizado na Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar, no bairro Cerqueira Cesar em São Paulo, o IBDT ocupa o Edifício Martin Francisco, um espaço com área de 600 m².

Instalações Administrativas

As instalações administrativas do IBDT estão projetadas para otimizar a comunicação, a organização e o funcionamento interno, contribuindo para a operação eficaz de todas as atividades acadêmicas e institucionais.

Os espaços administrativos estão distribuídos de maneira funcional entre os diversos setores que compõem a estrutura administrativa do IBDT, incluindo a secretaria, o atendimento e o setor financeiro.

A Secretaria é responsável por gerenciar documentos, informações e fluxos internos. Nesse espaço, são realizados procedimentos como o registro e arquivamento de documentos, atendimento a demandas internas e externas, além da coordenação de atividades que mantêm a instituição em pleno funcionamento.

O setor de atendimento é o ponto de contato direto com discentes, docentes, colaboradores e visitantes, onde são prestadas informações sobre cursos, eventos e demais atividades oferecidas pelo instituto, garantindo uma comunicação ágil e eficaz para atender às necessidades da comunidade acadêmica.

O setor financeiro, por sua vez, é responsável pela gestão dos recursos financeiros do IBDT. Nesse espaço, são realizadas atividades como o processamento de pagamentos, a elaboração de relatórios financeiros e o controle das despesas e receitas da instituição. Essa estrutura contribui para a transparência e a eficiência na administração dos recursos.

Salas de Aula

As salas de aula oferecem um ambiente propício para o ensino e a aprendizagem, integrando elementos tecnológicos e conforto físico. Cada sala de aula é cuidadosamente planejada para garantir uma luminosidade satisfatória, permitindo um ambiente claro e acolhedor. Além disso, as cortinas blackout estão disponíveis para possibilitar o controle da iluminação quando necessário.

Para o conforto dos discentes e docentes, as salas de aula são equipadas com sistemas de ar-condicionado.

O IBDT disponibiliza infraestrutura tecnológica atualizada de hardware e software, compatível com os setores acadêmico e administrativo.

A tecnologia também é integrada por meio de recursos de multimídia de alta definição, permitindo apresentações visuais dinâmicas e interativas. Ainda, as salas de aula são equipadas com lousas digitais interativas e quadros brancos, que oferecem condições para interação durante as aulas, desde anotações tradicionais até exploração de recursos digitais.

Essa estrutura garante um ambiente de aprendizado moderno, facilitando a exploração de conteúdo de forma diversificada e enriquecedora.

Sala(s) de Professores

O IBDT disponibiliza uma sala exclusiva para os professores, equipada com a infraestrutura necessária para atender às demandas acadêmicas. Essa sala oferece um ambiente propício para a preparação de aulas, reuniões e interações entre os docentes. Com uma estrutura completa, os professores do IBDT têm à disposição um espaço que contribui para o desenvolvimento de atividades acadêmicas de qualidade.

Sala Multiuso

Equipada com uma mesa ampla, cadeiras confortáveis, notebooks e uma smart TV, essa sala é um espaço versátil que oferece suporte para diferentes atividades. É destinada para reuniões, sejam elas acadêmicas ou administrativas. Para garantir a otimização do espaço e a disponibilidade, o Instituto opera um sistema de agendamento. O uso da sala é inicialmente priorizado para os professores, permitindo que eles a utilizem para atividades de ensino e pesquisa. Nos horários em que não está reservada para o corpo docente, a sala também pode ser utilizada para reuniões administrativas e encontros do colegiado.

Essa sala é um recurso valioso para promover a colaboração, o diálogo e a troca de ideias entre

os membros da comunidade acadêmica e administrativa do IBDT. Seja para reuniões de trabalho, sessões de estudo em grupo ou outras atividades, a sala Multiuso oferece um ambiente confortável e funcional que contribui para a realização das diversas atividades do instituto.

Auditório(s)

Instalado em uma área de 196,15 m² e capacidade para acomodar até 90 pessoas está projetado para proporcionar experiência de qualidade, oferecendo condições ideais de luminosidade e acústica. O ambiente é climatizado para garantir o conforto dos participantes.

Equipado com tecnologia de ponta, cobertura de rede com capacidade de alta densidade de acessos, o auditório está preparado para receber apresentações multimídia e palestras. Conta com recursos como computadores, projetores, equipamentos de sonorização e acesso à internet. A disposição de mobiliários adequados garante o conforto e a ergonomia dos participantes durante os eventos.

A segurança e a acessibilidade também são prioridades no espaço do auditório, atendendo a todas as normas regulamentares. Com um ambiente propício para a realização de palestras, conferências e outras atividades acadêmicas, o auditório do IBDT é um local privilegiado para a troca de conhecimentos e experiências.

Instalações Sanitárias

O IBDT dispõe de um total de 8 sanitários, estrategicamente distribuídos, contribui para o bem-estar e a conveniência de todos que frequentam as instalações do Instituto. Conta com sanitários acessíveis, compromisso do IBDT com a inclusão e a acessibilidade, assegurando que todas as pessoas, independentemente de suas necessidades especiais, possam utilizar as instalações de forma adequada e confortável. Além disso, a disposição de um sanitário administrativo atende às necessidades do corpo técnico-administrativo, garantindo um ambiente de trabalho confortável e funcional. Por fim, a disponibilidade de sanitários

Sala de apoio de informática ou equivalente

A Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira, que compõe parte das instalações do IBDT, desempenha um papel central ao oferecer terminais de acesso à informática e recursos tecnológicos para diversos propósitos.

A Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira, além de ser um espaço de pesquisa e consulta, também disponibiliza computadores e recursos tecnológicos que podem ser utilizados para fins acadêmicos e de pesquisa. Os terminais de acesso à internet e os computadores disponíveis na

biblioteca servem como uma alternativa eficiente para atividades que requerem apoio de informática. Essa abordagem reflete a flexibilidade da infraestrutura do IBDT, que busca maximizar a utilidade de seus espaços e recursos.

Embora não haja uma sala dedicada exclusivamente para apoio de informática, a estrutura do IBDT, especialmente a da Biblioteca, é projetada para atender às necessidades tecnológicas dos alunos, professores e colaboradores. Isso reforça o compromisso do IBDT em oferecer um ambiente completo e funcional, que busca adaptar-se às demandas tecnológicas da comunidade acadêmica e garantir acesso a recursos tecnológicos essenciais para atividades acadêmicas e de pesquisa.

A biblioteca conta com sistema wifi.

Espaços de convivência e de alimentação

O valoriza o bem-estar e o conforto da sua comunidade acadêmica, proporcionando espaços de convivência e alimentação que atendem às necessidades dos alunos, professores e colaboradores. As instalações foram projetadas para criar ambientes agradáveis, onde é possível relaxar, socializar e desfrutar de momentos de pausa.

O IBDT disponibiliza uma copa equipada com recursos funcionais para a conveniência de todos. Conta com um forno micro-ondas, um fogão elétrico e um frigobar, além de armários destinados ao armazenamento de utensílios e alimentos. Esse espaço foi projetado para atender às necessidades de quem deseja fazer refeições rápidas ou aquecer alimentos, proporcionando praticidade e comodidade.

A infraestrutura acessível do IBDT inclui uma área de convívio especialmente pensada para os alunos. Esse espaço convida os estudantes a relaxarem entre as atividades acadêmicas, oferecendo poltronas confortáveis, uma TV, acesso à rede Wi-Fi, ambiente climatizado com ar-condicionado e um bebedouro para hidratação. Além disso, uma máquina de café de uso gratuito está disponível para quem deseja recarregar as energias com uma bebida quente.

Esses espaços de convivência e alimentação têm como objetivo criar um ambiente acolhedor e propício à interação entre os membros da comunidade do IBDT. Eles proporcionam um lugar onde os alunos podem descansar, socializar e desfrutar de momentos de descontração, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais completo e enriquecedor.

Segurança Predial

O IBDT possui um conjunto de medidas de segurança predial e de prevenção de incêndios, incluindo:

- I. Sinalização Adequada:** todas as áreas de saída de emergência, extintores, hidrantes e equipamentos de segurança são devidamente sinalizados, garantindo que os ocupantes do edifício possam identificar e acessar facilmente esses recursos.
- II. Manutenção Regular:** equipamentos de segurança, como extintores e sistemas de alarme de incêndio, são submetidos a manutenção regular para garantir que estejam sempre em perfeito funcionamento.
- III. Treinamento de Equipe:** os colaboradores do IBDT recebem treinamento periódico em procedimentos de evacuação e ações a serem tomadas em situações de emergência.
- IV. Rotas de Fuga Claras:** todas as áreas do edifício possuem rotas de fuga bem definidas e de fácil acesso, permitindo que os ocupantes evacuem o prédio com segurança.
- V. Testes de Simulação:** são realizados periodicamente testes simulados de evacuação para verificar a eficácia das rotas de fuga e a preparação da equipe para situações de emergência.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, cadastrada no Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região, sob nº 4545, desempenha um papel fundamental ao cooperar com a missão da mantenedora, promovendo condições para a pesquisa, estudo e construção do conhecimento na área do Direito Tributário. Esta comunidade, composta por alunos, professores, pesquisadores e público externo, é nutrida e fortalecida através dos serviços da biblioteca.

O acervo bibliográfico abrange mais de 28 mil registros, incluindo livros, teses, obras de referência, folhetos, capítulos de livros e artigos de periódicos. Distribuídas nas coleções Ruy Barbosa Nogueira e Brandão Machado, bem como nas coleções doadas Alcides Jorge Costa, Gerd Willi Rothmann, Klaus Vogel e Alberto Xavier, são aproximadamente 18 mil obras em formato físico. Este acervo é altamente especializado em Direito Tributário e Direito Tributário Internacional.

A biblioteca trabalha continuamente para atingir seus principais objetivos:

- I.** Manter a qualidade e atualização do acervo conforme a política institucional;
- II.** Apoiar os programas de ensino, fornecendo bibliografias básicas, complementares e obras correlatas para enriquecer as pesquisas;
- III.** Facilitar o acesso à informação por meio de diversas fontes, como Bases de Dados (tanto livres quanto assinadas);
- IV.** Prestar atendimento ágil e de qualidade aos usuários da instituição;

- V. Oferecer suporte à produção científica dos pesquisadores, incluindo alunos, professores e visitantes;
- VI. Fornecer informações precisas e seguras.

Acervo bibliográfico

A biblioteca dispõe de um acervo bibliográfico físico e digital abrangente, destinado a enriquecer o ambiente acadêmico e promover a pesquisa na área do Direito Tributário. O acervo físico abrange aproximadamente 18 mil títulos, distribuídos nas seguintes coleções:

Coleção Ruy Barbosa Nogueira

- 5.825 títulos de livros
- 219 obras de referência
- 108 teses
- 77 títulos de periódicos
- 20 títulos em DVDs

Coleção Brandão Machado

- 3.179 títulos de livros
- 162 obras de referência
- 300 teses

Coleção Alcides Jorge Costa

- 4.416 títulos de livros
- 100 obras de referência
- 137 teses

Coleção Gerd Willi Rothmann

- 862 títulos de livros
- 19 obras de referência
- 5 teses

Coleção Klaus Vogel

- 1.728 títulos de livros
- 11 obras de referência
- 30 teses

Coleção Alberto Xavier

- 576 títulos de livros
- 4 obras de referência
- 4 teses

Além disso, o acervo digital é composto por:

- 576 títulos de livros
- 18 teses
- 496 folhetos

853 transcrições de Mesas de Debates
100 títulos de periódicos

A Biblioteca do IBDT também oferece acesso a diversas bases de dados digitais, tanto de acesso livre quanto por meio de assinaturas pagas, ampliando ainda mais as opções de pesquisa para alunos, professores e demais interessados. Entre as bases disponíveis, destacam-se:

Acesso Livre (Open Journal Solutions):

Revista Direito Tributário Atual

Revista Direito Tributário Internacional Atual

Ambas são produções próprias do IBDT, contribuindo para a disseminação do conhecimento na área.

Assinaturas Pagas:

IBFD – International Bureau of Fiscal Documentation - plataforma de pesquisa tributária que oferece a cobertura mais abrangente e atualizada de informações fiscais mundiais, apresentadas em coleções convenientemente organizadas e com ferramentas e tabelas. Seu acesso é somente dentro de nossa biblioteca.

Tax Notes International - é uma plataforma de notícias diárias essenciais, análises e comentários para profissionais de impostos cujo sucesso depende de serem confiáveis por sua expertise, tem um portfólio de publicações oferecido pela Tax Analysts, uma editora tributária sem fins lucrativos. Ela fornece cobertura abrangente e imparcial de notícias tributárias. Seu acesso é disponibilizado aos alunos desta Instituição.

Revista Fórum de Direito Tributário - A RFDT possui uma plataforma de conteúdo de interesse para a advocacia pública e privada, artigos e pareceres de grande relevância e repercussão na atualidade, abordados por renomados tributaristas nacionais e internacionais. Possui ainda uma rica seção de jurisprudência selecionada com acórdãos na íntegra, ementário e tendências jurisprudenciais. Seu acesso é disponibilizado aos alunos desta Instituição.

British Tax Review – Um periódico que fornece análises aprofundadas da lei tributária, examinando mudanças e fornecendo comentários valiosos para profissionais, acadêmicos e formuladores de políticas, publicada cinco vezes por ano, ela ainda está em versão física, podendo ser consultada dentro da biblioteca

Essas plataformas, disponíveis nos terminais da Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira, são acessíveis, tanto para associados e alunos do IBDT, quanto para o público externo. A diversidade e amplitude do acervo bibliográfico e digital do IBDT refletem o compromisso da instituição em proporcionar recursos ricos e atualizados para o desenvolvimento acadêmico e

profissional na área do Direito Tributário.

Acesso ao Acervo

Estão disponíveis terminais na Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira, permitindo a consulta ao acervo físico e digital, além de acesso a bases de dados como IBFD, Wolters Kluwer, Tax Notes. Quanto a base de acesso livre se dá em qualquer lugar com internet.

Recursos tecnológicos: dispõe de computadores compatíveis às atividades e acesso a rede de internet.

O espaço físico da biblioteca foi projetado para maximizar a entrada de luz natural, com amplas janelas equipadas com persianas para controlar a iluminação. Medidas foram tomadas para evitar a incidência direta de luz sobre as publicações, a fim de preservar os documentos. As janelas permanecem fechadas para minimizar ruídos, considerando a localização movimentada no Centro de São Paulo.

A estrutura da biblioteca inclui:

- 4 banheiros, com um destinado a portadores de necessidades especiais;
- 1 mesa de estudo com 12 lugares;
- 2 mesas com computadores;
- 2 poltronas;
- 14 cadeiras;
- 2 balcões para atendimento e processamento técnico;
- 4 aparelhos de ar-condicionado.

Plano de Atualização e Expansão do Acervo

Esse plano está estrategicamente delineado para contemplar diversas necessidades, tais como:

- I. Bibliografias Obrigatórias:** são priorizadas as aquisições de obras que compõem as bibliografias obrigatórias dos cursos oferecidos pelo IBDT, garantindo que os estudantes tenham acesso às referências necessárias para um aprendizado completo e aprofundado.
- II. Produções Intelectuais e Tecnológicas:** inclui aquisição de materiais relacionados às produções intelectuais e tecnológicas do Mestrado Profissional, assegurando que o corpo discente tenha acesso a fontes de informação atualizadas e alinhadas com as tendências do mercado e do campo de estudo.
- III. E-books e Outros Suportes:** aquisição de e-books, expandindo a gama de materiais acessíveis aos usuários. Além disso, obras em outros formatos também são consideradas, a fim de fornecer suporte adequado ao ensino e à pesquisa.

- IV. Digitalização de Obras:** seleção de obras para serem digitalizadas, visando à preservação do material e à adaptação de suporte físico para o formato digital. Isso amplia a acessibilidade e contribui para a manutenção do acervo ao longo do tempo.
- V. Novas Parcerias e Assinaturas:** O IBDT busca constantemente ampliar seu acesso à conteúdos acadêmicos e de pesquisa por meio de parcerias e assinaturas de plataformas internacionais e pagas. Isso inclui a subscrição de bases de dados e revistas digitais, enriquecendo ainda mais a diversidade e a abrangência das fontes de informação disponíveis.

O IBDT reafirma seu compromisso em proporcionar um acervo bibliográfico abrangente e atualizado, em constante crescimento para atender às necessidades acadêmicas e de pesquisa de sua comunidade, contribuindo assim para a excelência do ensino e da produção de conhecimento na área do Direito Tributário.

Organização do Acervo (Classificação / Catalogação)

A Biblioteca Ruy Barbosa Nogueira do IBDT adota sistema de organização, classificação e catalogação de seu acervo, visando proporcionar aos usuários um acesso eficiente e facilitado às obras e materiais disponíveis. Para isso, utiliza instrumentos consagrados e normas internacionais que garantem a precisão e a qualidade da descrição e indexação das obras.

A classificação dos materiais é realizada de acordo com o sistema DORIS (Classificação Decimal de Direito), uma extensão da Classificação Decimal de Dewey, especificamente voltada para a área do Direito. Essa classificação detalhada permite uma organização minuciosa do acervo, possibilitando a localização rápida e precisa das obras em suas respectivas categorias temáticas.

A catalogação descritiva do acervo é realizada seguindo o Código de Catalogação Anglo-Americano – 2ª edição AACR2. Essa norma internacional estabelece diretrizes detalhadas para a descrição de documentos, garantindo a uniformidade e clareza das informações sobre cada obra. A utilização do AACR2 assegura que os registros bibliográficos sejam consistentes e compreensíveis para os usuários.

A inserção de resumos é padronizada conforme a norma NBR 6028, proporcionando aos usuários uma visão geral do conteúdo das obras e auxiliando na seleção de materiais relevantes para suas pesquisas.

Além disso, a biblioteca adere às normas da ABNT / NBR, que são essenciais para a padronização de trabalhos acadêmicos e contribuem para a integridade e qualidade das produções dos alunos e pesquisadores.

Para a indexação de autores, utiliza-se a notação de autor PHA, disponível online, que contribui para uma identificação precisa dos autores e facilita a busca por obras de determinado autor.

Horário de Funcionamento

Segunda-feira a Sexta-feira: das 08h às 19h;

Sábados: das 08h às 14h.

Site da Biblioteca

A página destinada à biblioteca do IBDT encontra-se no site do próprio instituto (<http://web.siabi.cloud/ibdt/pesquisa>). Há links disponíveis para o catálogo geral, para as bases de dados dos periódicos do instituto e para as outras bases de dados que possuímos por meio de assinatura. O local também serve de espaço para informativos da área, como lançamentos de livros digitais e aquisição de novas obras para o acervo.

Serviços Oferecidos

- I. Consulta à Base de Dados:** Disponibilizamos acesso a várias bases de dados digitais, incluindo a Scielo (com artigos de periódicos para download), banco de teses de instituições renomadas, IBFD, SSRN, Kluwer e outros recursos relevantes. Essas bases oferecem uma ampla gama de materiais acadêmicos e jurídicos para pesquisa.
- II. Apoio à Normalização:** Oferecemos suporte na adequação de trabalhos acadêmicos às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Além disso, disponibilizamos um Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos, que auxilia os usuários na formatação correta de suas produções acadêmicas.
- III. Pesquisas Bibliográficas:** Nossa equipe está pronta para ajudar os usuários em suas pesquisas, fornecendo orientação sobre a busca e a seleção de materiais relevantes para suas necessidades acadêmicas.

Limpeza e Conservação

Além das rotinas de limpeza convencionais, há um cuidadoso processo de higienização e conservação, garantindo a longevidade e a qualidade dos materiais que compõem o acervo.

Uma vez por ano, durante o período de recesso escolar, é realizada a higienização e desinfecção do acervo. Esse processo visa remover qualquer sujidade acumulada nos materiais, bem como eliminar a possível presença de agentes prejudiciais à conservação.

Durante o procedimento de higienização, são identificados os volumes que necessitam de cuidados adicionais de conservação. Caso seja necessário, esses volumes são encaminhados para restauro, visando preservar sua integridade. No caso de obras em que o restauro não é possível ou adequado, medidas para substituição são adotadas, sempre priorizando a relevância da obra para o acervo.

Além das práticas de higienização e restauro, há também medidas de conservação preventiva.

Isso inclui a conscientização dos usuários sobre os cuidados ao manusear os materiais, o cuidado ao devolver as publicações para evitar danos e a adoção de providências imediatas em caso de problemas identificados.

Perspectivas e Plano de Ação

O conjunto de acervos do Instituto Brasileiro de Direito Tributário é acessível não apenas aos discentes e docentes, mas também à comunidade acadêmica em geral e ao público em geral interessado na área tributária. Reconhecemos a importância de fortalecer continuamente nossa comunidade, e para isso, implementamos um plano de ação focado na melhoria dos serviços e na ampliação do acesso. Os itens a seguir são priorizados nesse plano:

- I. Serviço de Comutação Autorizado pelo IBICT:** obtenção de cópias de documentos técnico-científicos não disponíveis em nossa biblioteca, através da intermediação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- II. Empréstimos entre Bibliotecas:** troca de materiais entre bibliotecas, permitindo que nossos usuários tenham acesso a um acervo mais amplo.
- III. Empréstimo Domiciliar:** empréstimo de materiais para uso externo, ampliando a conveniência e acesso ao nosso acervo.
- IV. Estudo de Usuário:** análises periódicas para entender as necessidades dos nossos usuários, garantindo que nossos serviços e acervo estejam alinhados com suas demandas.
- V. Cronogramas Alinhados com Cursos:** elaboração de cronogramas de aquisições e disponibilidade de bibliografias, de acordo com os cursos oferecidos, assegurando uma melhor preparação e utilização dos materiais pelos alunos.
- VI. Aquisição de Obras em Outros Suportes:** investimentos na aquisição de obras em diversos formatos, como e-books e outros suportes, para enriquecer o suporte ao ensino e à pesquisa.
- VII. Manual de Normas de Trabalhos Acadêmicos:** desenvolver um manual que orienta os usuários na elaboração de trabalhos acadêmicos, seguindo as normas da ABNT e do instituto.
- VIII. Plano de Segurança para o Acervo:** implementação de um plano de segurança para o acervo, com a disponibilidade de extintores adequados, visando a preservação do material.
- IX. Digitalização de Obras para Preservação:** realizar seleção de obras para digitalização, garantindo sua preservação e facilitando o acesso ao conteúdo.
- X. Aquisição de E-books:** aquisição de novos e-books para enriquecer nossas coleções, acompanhando as tendências tecnológicas e as necessidades dos usuários.

Essas ações são parte do compromisso contínuo em oferecer um serviço de qualidade,

atendendo às necessidades da comunidade acadêmica e contribuindo para o desenvolvimento da área tributária.

AUTOAVALIAÇÃO

O programa de Mestrado Profissional do IBDT estabeleceu um ciclo de autoavaliação anual, composto pelas seguintes etapas:

1. Envio dos formulários de autoavaliação a docentes, discentes, egressos e funcionários técnicos.
2. Recepção dos formulários e eventual cobrança de pessoas silentes.
3. Análise dos formulários e interpretação das percepções.
4. Apresentação dos resultados e discussão de ações na reunião docente anual do programa.
5. Atualização do planejamento estratégico do programa, se necessário.
6. Implementação e monitoramento das ações.

No ciclo de autoavaliação anual do programa, o resultado da avaliação é divulgado na etapa 4, na reunião anual de docentes:

1. Envio dos formulários de autoavaliação a docentes, discentes, egressos e funcionários técnicos.
2. Recepção dos formulários e eventual cobrança de pessoas silentes.
3. Análise dos formulários e interpretação das percepções.
4. Apresentação dos resultados e discussão de ações na reunião docente anual do programa.
5. Atualização do planejamento estratégico do programa, se necessário.
6. Implementação e monitoramento das ações.

Formas de incorporação dos resultados para melhoria do programa.

No ciclo de autoavaliação anual do programa, o resultado da avaliação é divulgado nas etapas 5 e 6, na reunião anual de docentes:

1. Envio dos formulários de autoavaliação a docentes, discentes, egressos e empregados técnicos.
2. Recepção dos formulários e eventual cobrança de pessoas silentes.
3. Análise dos formulários e interpretação das percepções.
4. Apresentação dos resultados e discussão de ações na reunião docente anual do programa.

5. Atualização do planejamento estratégico do programa, se necessário.
6. Implementação e monitoramento das ações.

METAS INSTITUCIONAIS

Para o período do PDI 2025-2029, o IBDT define as seguintes metas:

PROJETOS DE EXPANSÃO E COOPERAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

Objetivos: Implementação de pesquisa em rede em âmbito nacional e internacional

Metas:

Curto prazo: Estabelecer novos convênios e parcerias com outras instituições de ensino nacionais e internacionais, formando uma rede cada vez mais destacada de colaboração no processo de ensino-aprendizagem.

Médio prazo: Estabelecer convênios e parcerias com entidades do mercado profissional pertinente aos egressos do programa.

Longo prazo: Exercer com êxito a função de instituições de pesquisa em âmbito nacional e internacional.

Ações: Serão concluídos os trâmites de convênios em andamento institucional (Faculdade de Direito da UNESP/Franca), dado seguimento às tratativas iniciadas (UFPR, UFRS, UFRN) e identificadas outras instituições com linhas de pesquisa aderentes às do Mestrado Profissional do IBDT.

Para ampliar as oportunidades de internacionalização, também será dado seguimento a tratativas iniciadas com instituições de ensino no exterior (University of Florida e a Wien University - WU).

INCREMENTO DA QUALIDADE DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

Objetivos: Publicar produtos inovadores e de destaque nas linhas de pesquisa do programa, com o trabalho conjunto de docentes, discentes e egressos.

Prioridades: Compreender a evolução da avaliação de publicações pela CAPES e incentivar os docentes, discentes e egressos a publicar produtos conforme essas diretrizes

Metas:

Curto prazo: Incentivar a publicação conjunta de docentes e discentes; manter projetos de pesquisa e participação ativa de outras iniciativas em colaboração com uma rede qualificada de produção de conhecimento jurídico de excelência.

Médio prazo: Incentivar docentes para a produção, visando ampliar o credenciamento.

Longo prazo: Ser a referência nacional em termos de publicação na área tributária.

Ações: Alinhamento com docentes e discentes quanto às estratégias de publicação e monitoramento.

INCREMENTO DA QUALIDADE NA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivos: Formar profissionais com habilidades e conhecimentos de excelência, com atenção

à sua saúde mental e desenvolvimento pessoal.

Prioridades: Compreender e cuidar das necessidades dos discentes, professores e colaboradores.

Metas

Curto prazo:

Manter de maneira perene o sistema interno de avaliação e acompanhamento das atividades anuais dos docentes (permanentes e colaboradores), discentes e egressos vinculados ao programa.

Médio prazo: Oferecimento de oficinas e outras atividades voltadas a soft skills, idiomas e saúde mental.

Ações: Reuniões periódicas com representantes discentes para compreender as necessidades atuais e pontos de atenção. Organização de workshops específicos.

MELHORIA DA INSERÇÃO SOCIAL

Objetivos: Levar ao conhecimento da sociedade as iniciativas e produtos do Mestrado Profissional do IBDT, colaborando com o desenvolvimento da sua área de concentração e com a projeção da carreira dos discentes e egressos.

Prioridades: Adotar métodos eficazes de divulgar as iniciativas e produtos do programa.

Metas:

Curto prazo: Incrementar o alcance dos produtos do programa.

Médio prazo: Identificar os melhores canais e estratégias da atualidade para compartilhar com a sociedade (setores público e privado) os produtos e iniciativas do programa, com a adoção consistentes de ações neste sentido.

Longo prazo: Manter à disposição dos docentes, discentes e egressos um leque de canais de inserção social no âmbito nacional e internacional.

Ações:

Modernizar o site do Mestrado Profissional e ampliar sua visibilidade e alcance nacional e internacional, mantendo a sua atualização com versões em português e inglês; dar continuidade nas estratégias de inserção social atualmente adotada, com vistas às metas de curto, médio e longo prazo.

MELHORIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivos: Promover a internacionalização da produção do programa e da carreira dos mestrandos e egressos.

Prioridades: Novos convênios com instituições estrangeiras para a mobilidade internacional de discentes e egressos (visiting research, estágios etc).

Metas:

Curto prazo: Manter o processo de constante de internacionalização do programa, inclusive com novos convênios para a mobilidade internacional de seus alunos.

Médio prazo: Orientar a produção acadêmica e bibliográfica para que alcance um maior impacto e disseminação, mediante publicações em idioma estrangeira, em especial o inglês, e em plataformas internacionais de grande reputação e visibilidade;

Longo prazo: Receber alunos de instituições estrangeiras em convênios de intercâmbio com os nossos alunos.

Ações: Ampliar as oportunidades de internacionalização em programas de Visiting Researcher, dando seguimento a tratativas iniciadas com instituições de ensino no exterior (University of Florida e Wien University - WU).

Manter o investimento com as oportunidades internacionais que os mestrandos e egressos do Mestrado Profissional já participam (competição “Global Tax Treaty Commentaries - GTTC University Competition”, do International Bureau of Fiscal Documentation - IBFD, na Holanda);

Ampliar as oportunidades com a inserção do Brasil, por meio do Mestrado Profissional do IBDT, no EUCOTAX.

Ampliar as opções de entidades conveniadas para receber discentes do Mestrado Profissional em programas de Visiting Researcher (atualmente em plena aplicação com o International Bureau of Fiscal Documentation - IBFD, na Holanda)

INTERLOCUÇÃO COM PARCEIROS EXTERNOS PARA AVALIAÇÃO PERIÓDICA DA DEMANDA DO PROGRAMA

Objetivos: Autoavaliação e melhorias progressivas e constantes do programa com auxílio da comunidade externa.

Prioridades: Concluir o ciclo de autoavaliação anual referente a 2025.

Metas:

Curto prazo: Manter o funcionamento perene da Comissão de Planejamento e Acompanhamento do Mestrado Profissional do IBDT.

Médio prazo: Expandir a interlocução com parceiros externos, ampliando a composição do Comissão de Planejamento e Acompanhamento outros interlocutores externos, em especial: (a) professores e coordenadores de outros programas de Mestrado Profissional; (b) egressos do Mestrado Profissional do IBDT; (c) representantes de sociedades profissionais; (d) representante de entidade do setor privado, cujo mercado de trabalho seja aderente às linhas de pesquisa do programa e (e) representante de entidade do setor público, cuja área de atuação seja aderente às linhas de pesquisa do programa.

Longo prazo: Manter sistema de avaliação de referência.

Ações: Concluir o ciclo de autoavaliação anual referente a 2025.

Formalizar convites para a ampliação da composição de observadores externos:

(a) discentes e coordenadores de outros programas de Mestrado Profissional: a confirmar;

(b) egressos do Mestrado Profissional do IBDT: Dora Pimentel e Fábio Gaspar;

(c) representantes de sociedades profissionais;

(d) representante de entidade do setor privado, cujo mercado de trabalho seja aderente às linhas de pesquisa do programa;

(e) representante de entidade do setor público, cuja área de atuação seja aderente às linhas de pesquisa do programa.